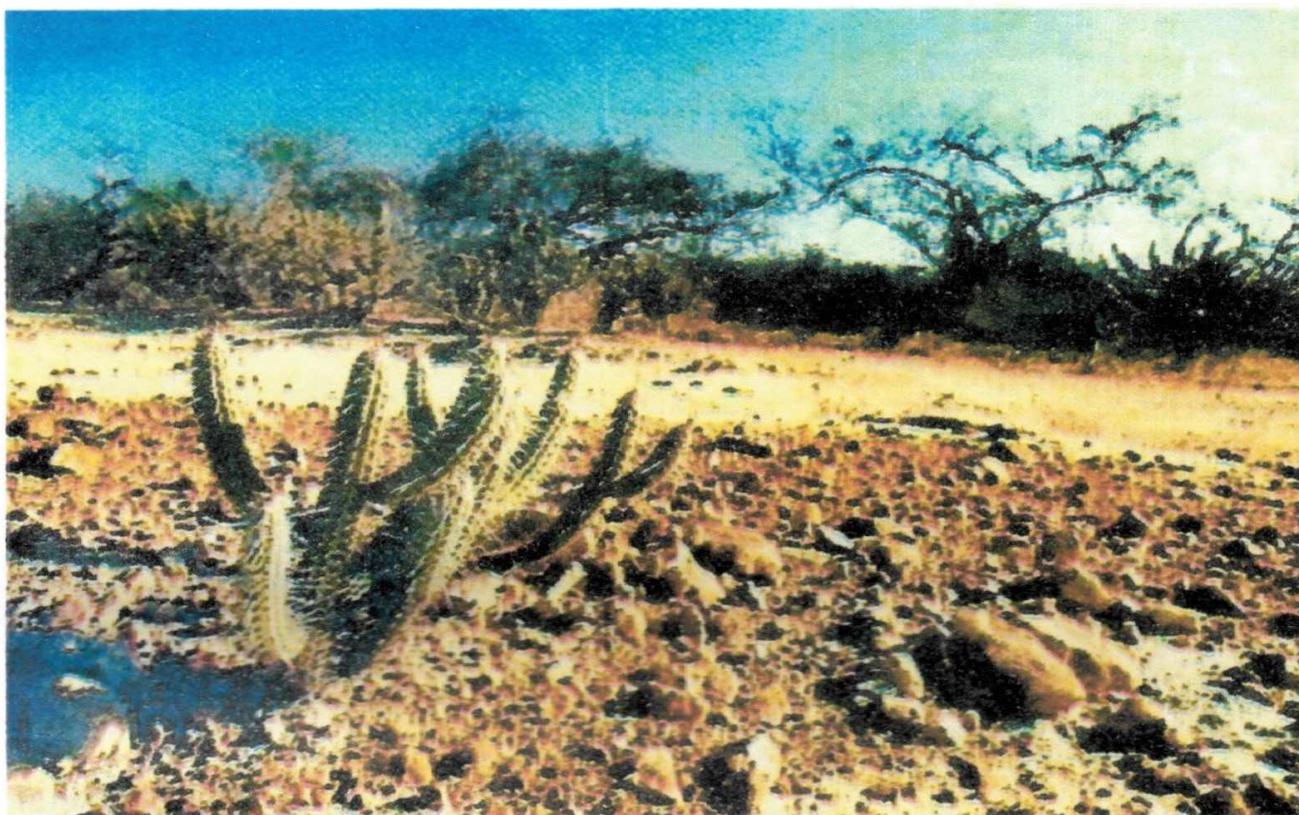


**Antonia Borba de Brito e Cecy Borba Correia Lima**



# **Os Costa Ramos do Cariri Paraibano e o Contexto do Império**

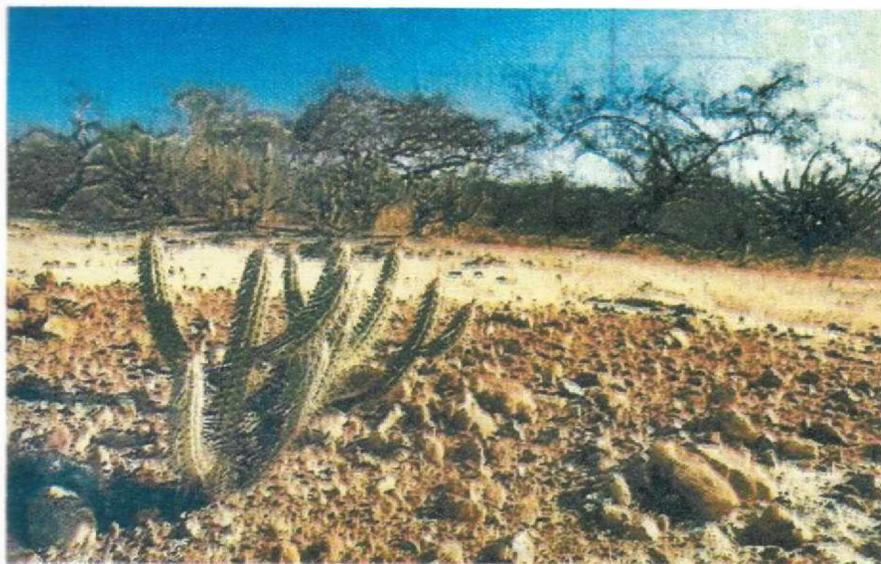
Série Cadernos Genealógicos

Antonia Borba de Brito e Cecy Borba Correia Lima

**Os Costa Ramos do Cariri  
Paraibano e o Contexto do Império**

Série Cadernos Genealógicos

Antonia Borba de Brito e Cecy Borba Correia Lima



# **Os Costa Ramos do Cariri Paraibano e o Contexto do Império**

---

Série Cadernos Genealógicos

---

**Centro de Cultura Padre João Marques  
Serra Branca – PB  
Ano 2010**

©Copyright 2010 by  
Antonia Borba de Brito e Cecy Borba Correia Lima

---

Os Costa Ramos do Cariri Paraibano e o Contexto do Império  
- Série Cadernos Genealógicos  
Antonia Borba de Brito e Cecy Borba Correia Lima  
- João Pessoa: Sal da Terra Editora - 2010.  
ISBN 978-85-98035-82-6

80 p.

---

Proibida a reprodução parcial ou integral desta publicação,  
por qualquer meio, sem a prévia autorização escrita do autor.

Impresso no Brasil - *Printed in Brazil*

Foi feito o depósito legal

*Sal da Terra*

Rua São Miguel, 174, Varadouro, João Pessoa - PB 58010 - 270  
Telefone/Fax (83) 3222.5016 — E mail: graficasaldaterra@hotmail.com

## Agradecimento

Aos que contribuíram para este registro da  
memória do antigo Cariri paraibano

## Oferecimento

Aos ancestrais Costa Ramos e Medeiros Ramos,  
que nos dotaram de sua vida e de seu genoma.

À Maria Dulce Monteiro de Farias, que  
incentivou um resgate do antigo Canto e das Receitas  
de Festas da Cozinha dos Antepassados.

A São João do Cariri - PB, Cidade histórica  
fundada principalmente pelos muitos lusitanos que  
colonizaram a área!

Que sua Prefeitura Municipal busque junto ao  
Consulado Português o Título de "Cidade Geminada"  
com Lisboa, como o fizeram já outras cidades, entre as  
quais Cabedelo, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio  
de Janeiro e Brasília.

Os benefícios turísticos disto seriam muitos e  
louváveis, para um Município antigo, pobre e ainda  
pouco conhecido do ponto de vista histórico.

UFCG-BIBLIOTECA

# Índice

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Primeira Parte – Os Costa Ramos e os Medeiros Ramos do Sítio Água Doce</b> ....	8
I – Introdução – localização e Origem do Sítio Água Doce .....	8
II – Genealogias Familiares – Os Costa Ramos de São João do Cariri .....	10
III – Descendentes Costa Ramos do Sítio Água Doce .....	21
<b>Segunda Parte – O Contexto Socioeconômico do Império</b> .....	28
<b>I – Divisão e Uso da Terra e Grupos Sociais</b> .....	28
1. Os Grandes Proprietários de Terra .....	29
2. Os Lavradores do Nordeste .....	31
3. A Crise Socioeconômica do final do Império .....	33
<b>II – Conflitos Sociais no Império</b> .....	35
1. A Revolução Praieira .....	35
2. A Insurreição do Ronco da Abelha .....	35
3. A Revolta do Quebra-Quilos .....	37
4. A Revolta do Recrutamento (Guerra das Mulheres).....	39
<b>III – Fenômenos Messiânicos e de Banditismo Rural na República</b> .....	40
1. O Conflito Social de Canudos .....	41
2. O Movimento Social do Juazeiro do Norte.....	42
3. O Banditismo Rural do Nordeste .....	43
<b>IV – O Fenômeno do Coronelismo</b> .....	44
<b>Terceira Parte – O Canto Trovadoresco na Colonização do Cariri Paraibano</b> ..	46
<b>I - O Antigo Gênero Musical do Trovadorismo</b> .....	47
<b>II – Divisão e Características das Cantigas galego-Portuguesas</b> .....	50
1. Cantigas de Amor .....	50
2. Cantigas de Amigos .....	52
3. Cantigas Satíricas .....	56
<b>Quarta Parte – Raízes Gastronômicas Portuguesas da Cozinha do Cariri Paraibano</b> 59	
<b>I - Os Condicionantes Históricos da gastronomia Portuguesa</b> .....	59
<b>II - Cardápios de Festas de “Mãe Sinhá” em São João do Cariri</b> .....	63
<b>Conclusão</b> .....	75
<b>Bibliografia</b> .....	79

# Apresentação

Este trabalho é uma tentativa de abordagem da Estirpe Costa Ramos de São João do Cariri no Império do Brasil. Dentre este assunto, busca-se fazer uma apreciação dos Medeiros Ramos do Sítio Água Doce de Serra Branca - PB.

Esta Ramificação descende da família Costa Ramos da antiga Fazenda Ponta de Serra, pertencente à histórica Vila Real de São João do Cariri. Surgira no começo da República do casamento de Clementino Ramos Correia Lima com Luisa de Medeiros Ramos.

Esta era filha de Dr. Domingos da Costa Ramos (Pai Mingú) e Maria Joaquina de Medeiros Ramos (Mãe Sinhá), da Vila do Brejo de Areia - PB. Estes seriam nossos bisavôs maternos.

Deste modo, neste ensaio genealógico busca-se configurar a estirpe Costa Ramos e, bem assim, a dos descendentes da fazenda Água Doce, em que aqueles rebentos viveram. Também, se pretende obter um resgate das possíveis origens do Canto e da Gastronomia do antigo Cariri paraibano.

Enquanto trabalho de pesquisa, visa reunir dados sobre São João do Cariri ao final do Império e início da República. Neste contexto, se buscará situar a história destas genealogias e a presença das antigas raízes do Canto e da Culinária desta região paraibana.

Haveria indícios para se acreditar que este Canto e Culinária procederiam respectivamente do Trovadorismo ibérico e Gastronomia portuguesa, oriundos da colonização lusitana ali implantada.

Os dados utilizados decorrem de informações bibliográficas nas fontes citadas e de notas coligidas em entrevistas com familiares.

É nosso propósito resgatar do passado essa história familiar, como uma maneira de se assegurar esse conhecimento genealógico aos nossos descendentes. Além disto, contribuir para o registro da história cultural do antigo Cariri Paraibano.

João Pessoa, Verão de 2010

As Autoras



## II – Genealogias Familiares – Os Costa Ramos de São João do Cariri

As estirpes Costa Ramos seriam originárias do casamento (1782) de Antonia Caitana de Sant'Ana (cerca 1762- 1830) com o Coronel da Guarda Nacional Hilário da Costa Romeu (1763-1845). Ambos nascidos ao tempo do Vice-Reinado do Brasil (1763/1816) pertenciam à Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, do fim do século XVIII ao XIX. Antonia Caitana era filha do Capitão-mor de Bandeira Antonio de Barros Leira (cerca 1717-1768 / 69), de ascendência portuguesa. Este era natural da Cidade de Leiria, da Região de Lisboa. Filho de João de Barros e de Domingas João. Pertenciam a Carviol, Arcebispado de Leiria dessa região. O Capitão-mor Antonio de Barros Leira era casado com Ana de Faria Castro (cerca 1716 / 83). O casal vivera na Fazenda Caruatá de Fora do Povoado de Cabaceiras. (Medeiros & Medeiros, 1989: 117-119; Magnoli & Araujo, 2002: 15-17 e [www.tuel.pt/portugal-mapa.jpg](http://www.tuel.pt/portugal-mapa.jpg)). (ver à frente).

Por sua vez, o Coronel Hilário da Costa Romeu era filho do Coronel José da Costa Romeu (cerca 1709 / 12 – 1803). Este era Coronel Reformado da Milícia de Ordenanças Montadas (Cavalaria). Era natural da antiga Vila de Cheleiros, da Região de Lisboa. Este era filho de Domingos Romeu e de Eulália Ferreira. Ambos pertencentes ao Patriarcado de Lisboa da Freguesia de Mafra. O Coronel José da Costa Romeu era casado pela segunda vez com Isabel Bezerra de Melo, natural de Olinda (1740 /41-1773). O casal vivera na Fazenda do Curral do Meio, ao Leste da sede da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora. (Medeiros & Medeiros, 1989:59-60).

**O Coronel Hilário e Antonia Caitana da Costa Romeu** viveram na Fazenda Sant'Ana, ao Norte da sede da Freguesia dos Milagres de São João do Cariri de Fora. (Medeiros & Medeiros, 1989: 59, 117 – 119 e 251) Tiveram uma descendência de nove filhos:

**1- Major Antonio da Costa Salgado (Ramos)** (cerca 1786). Morador da Fazenda José da Silva, ao Sul da sede desta Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Foi proprietário de muitas terras. Juiz Municipal Suplente (1843). Casou com a prima Teresa Maria de Jesus que cedo falecera. Esta era filha de Carlos de Farias Oliveira (1843), sobrinha do Coronel Hilário da Costa Ramos. A segunda esposa do Major era a sobrinha Joaquina Donatília Ramos. Esta era filha de Joaquim da Costa Ramos e Maria do Espírito Santo. Não houve descendência em nenhum dos casamentos. (Medeiros & Medeiros, 1989:251-252).

**2- Isabel Caitana Bezerra de Melo** (1787) ou Caitana de Sant'Ana. Casou com Capitão Patrício José de Abreu Tranca. Tendo enviuvado, casou com Antonio José Gurjão, Coronel da Guarda Nacional, das Vilas de São João do Cariri e de Cabaceiras. Este fora Delegado Superior e Juiz de Paz em São João do Cariri. (Medeiros & Medeiros, 1989: 253).

## Povo do Capitão José Joaquim da Costa Ramos

**3- Capitão José Joaquim da Costa Ramos** (1789-1870), casou (cerca 1814) com a prima Firmiana Maria de Jesus Ramos (1789-1844) (Trisavó Firmiana). Esta era filha do Capitão José Felix de Barros Leira (1750/ 51- 1814) e Josefa Maria da Conceição (cerca 1756) da Fazenda Caruatá de Cabaceiras / PB. O casal Capitão José Joaquim e Firmiana Maria da Costa Ramos morou na Fazenda Ipuera, Termo de Cabaceiras - PB. Vivera assim sob o Império, tendo este Capitão falecido aos oitenta e um anos, dezenove anos antes da Proclamação da República. Porém seus filhos tiveram um influente papel político na ordem sócio-política local, tendo participado inclusive da criação do Partido Republicano da Paraíba, como na seqüência se abordará. (Medeiros & Medeiros, 1989: 256). Este casal deixara uma descendência de cinco filhos:

**3.1- Hilário da Costa Ramos** ou de Barros Ramos (cerca 1815) casado (1844) com Antonia Augusta da Conceição (Medeiros & Medeiros, 1989: 257)



**3.2- Padre José Ambrósio da Costa Ramos** (1821) Vigário de Campina Grande (1856) e, posteriormente, de São João do Cariri. Era um Padre dedicado e um político atuante do Partido Liberal. Fora Deputado Provincial por três Legislaturas seguidas (1872 / 73, 1874 / 75 e de 1876 / 77) (Medeiros & Medeiros, 1989: 257).

## Mapa Físico de Portugal



Fonte: <http://www.tuel.pt>



**3.3- Elias Elíaco Eliseu da Costa Ramos** nascido em São João do Cariri (1830-1910). Casou com a prima Belmira da Costa Ramos (1830). Esta era filha do Major Domingos da Costa Ramos (1797-1878) e Emerenciana Maria de Paiva (cerca 1815 / 85). Fora um político atuante e de grande prestígio no Cariri paraibano. Inicialmente pertencera ao Partido Conservador. Em cerca de 1850, mudou para o Partido Liberal – o Partido dos Adeptos da República. Fora Deputado Provincial com mandatos em cinco legislaturas (1858 / 69). Vice- Presidente da Província da Paraíba, sem exercício (1889). Ao lado de políticos, como o primo

Chateaubriand Bandeira de Melo, criara o Partido Republicano da Paraíba (1892), sob cuja bandeira atuou pelo resto da vida. Era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife. (Turma 1857). Fora Promotor Público da Comarca da Vila Real de São João do Cariri (1863 e 1878) e Curador- Geral (1866 / 78). Grande parte da vida, o casal Elias Elíaco Eliseu e Belmira da Costa Ramos vivera na Vila Real de São João do Cariri, base de sua militância política. (Medeiros & Medeiros, 1989: 257-258). Deixara uma descendência de sete filhos (cerca 1878 / 1904):

3.3.1- Helena da Costa Ramos. (cerca 1852)(Sinhazinha). Falecera em 1915, solteira.

3.3.2- Capitão Acácio da Costa Ramos (cerca 1853-1906). Casou (1905) com Maria de Medeiros Ramos (1885-1910). Esta era filha do Major Domingos da Costa Ramos e Maria Joaquina de Medeiros Ramos. Não tiveram descendentes. (Medeiros & Medeiros, 1989:258).

3.3.3- Maria Trifina Ramos Travassos (1854) (Malaia). Falecida em João Pessoa. Foi casada com o Coronel da Guarda Nacional Amaro de Oliveira Travassos (1872), natural da Povoação do Congo-PB. Ele era irmão de Maria de Oliveira Ramos, casada com Abdias da Costa Ramos. (Medeiros & Medeiros, 1989:258)

3.3.4 - Alcebiades da Costa Ramos (1855-1904). Falecera solteiro em São João do Cariri.

3.3.5- Elias da Costa Ramos Júnior (1856) (Paizinho). Falecera solteiro, como acadêmico de Medicina.

3.3.6- Elisa da Costa Ramos (1857) (Yayá). Falecera solteira antes de 1910.

3.3.7- Dr. Abdias da Costa Ramos (1858-1928). Era Bacharel em Ciências

Jurídicas e pela Faculdade de Direito de Recife. (Turma 1887). Foi Deputado na Assembléia Constituinte do Estado da Paraíba (1891/92). Juiz de Direito em Monteiro, Soledade e em Cuité-PB (1904). Fora Juiz de Picuí (1904) ao ser transferida a Comarca para esta sede. Foi Prefeito nomeado de São João do Cariri (1915/22). Casou (1888) com Maria de Oliveira Ramos (1874/1954) (Mocinha). (Medeiros & Medeiros, 1989: 260/61). O casal teve uma descendência de dez filhos:

1º) Belmira Travassos Ramos (1891-1981) (Sinhazinha) nascida em Santana do Congo, atual Município desse nome. Falecera solteira;

2º) Maria Ramos Coura (Nazinha) casada com Murilo Rodrigues Coura de Taperoá. Pais de Maria das Neves Coura Cavalcante de São João do Cariri. Esta era casada com Rosil de Assis Cavalcante, músico e compositor paraibano;

3º) Francisco Travassos Ramos (Paizinho), formado em Farmácia (1918)

4º) Elias Travassos Ramos (1895). Pai de Maria do Socorro Ramos Loureiro, Pedagoga. Casada com Dr. e Professor José Cartaxo Loureiro. Ambos são professores aposentados da Universidade Federal de Campina Grande. – UFCG / PB.

5º) Alice Ramos Tejo (1898) natural de São João do Cariri, moradora de Campina Grande-PB

6º) Albertina Ramos de Amorim, natural de Santana do Congo, atual município paraibano desse nome;

7º) Abdias da Costa Ramos (Bidú), natural de Santana do Congo / PB. Casado com Genuína de Medeiros Ramos (Gina). Esta era filha de Elísio de Medeiros Ramos e Alexandrina Caldas Ramos. Esta era neta paterna de Dr. Domingos da Costa Ramos e Maria Joaquina de Medeiros Ramos. O casal Abdias da Costa Ramos e Genuína de Medeiros Ramos foram pais de dezesseis filhos.

**Dentre esses filhos ressaltam-se como os tendo conhecido:** a) Maria das Neves Ramos Caluête, viúva de Euclides Alves Caluête, natural de Parari / PB; b) Sebastião de Medeiros Ramos (Bastinho), solteiro; c) Maria Anunciada Ramos Braz, casada com José Braz, residentes em Campina Grande; d) Maria do Socorro de Medeiros Ramos, solteira e e) Terezinha de Medeiros Ramos. Estes costumavam frequentar as Festas de Fim de Ano de Serra Branca - PB, onde eram recebidos na casa de sua prima Josefa Ramos Borba, nossa mãe.

**Demais filhos do casal Abdias e Genuína Costa Ramos:** f) José de Medeiros Ramos, casado, morador da Fazenda Sant'Ana, do Congo-PB; g) Luiz Gonzaga de

Medeiros Ramos, casado com Hilda Farias Ramos, residentes em São João do Cariri, pais de quatorze filhos; h) Abdias Ramos Neto, casado com Rita Ferreira Ramos; i) Maria de Lourdes Floro Ramos, casada com José Floro Ramos; j) Creusa Ramos Tomé, casada com Alirio Tomé; l) Martins Medeiros Ramos, casado com Marta Ferreira Ramos; m) Antonio de Medeiro Ramos; n) Maria do Carmo Ramos Albuquerque, casada com Antonio Luciano de Albuquerque e o) João de Medeiros Ramos (Medeiros & Medeiros (1989: 269-270).

8º) Aluísio Travassos Ramos;

9º) Ceci Ramos Belo;

10º) Alcides Travassos Ramos. (Medeiros & Medeiros, 1989:260-271).

### **Demais Filhos do Capital José Joaquim da Costa Ramos**

3.4-Edviges da Costa Ramos (cerca 1822-1875) casada duas vezes: a primeira com Amaro da Costa Romeu Júnior (cerca 1818 / 42); viúva casou a segunda, com o cunhado Clementino da Costa Romeu (cerca 1825-1917)

3.5 - Dionísia Filadélfia da Costa Ramos (1833 / 55). Era filha de Capitão José Joaquim da Costa Ramos e sua segunda mulher Ana José do Espírito Santo. Esta era filha do Coronel José da Costa Romeu e Isabel Bezerra de Melo. Dionísia Filadélfia era casada com Dr. Aprígio de Vasconcelos Brandão. Este era Bel em Ciências Jurídicas e Sociais. Fundador de um Internato masculino em São João do Cariri, o "Colégio do Doutor Aprígio", que educou muitas gerações locais. O Dr. Aprígio além de educador, fora Deputado Provincial (1850 / 51). (Medeiros & Medeiros, 1989:256 e 272-73). O casal Dionísia Filadélfia e Aprígio de Vasconcelos Brandão tivera três filhos:

3.5.1- Epaminondas Bandeira de Melo (1849-1936), Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de Recife (Turma 1873). Juiz de Direito em Uberaba, onde teria deixado descendentes;

3.5.2- Chateaubriand Bandeira de Melo (1850). Médico formado no Rio de Janeiro, político em Campina Grande-PB. Foi Deputado à Segunda Assembléia Constituinte da Paraíba (1892/ 95). Criou o primeiro estabelecimento masculino de Ensino, o "Grêmio de Instrução de Campina Grande". Entre outros, fundou o Partido Republicano da Paraíba (1892). Casou com Amanda de Albuquerque Borborema de Melo. Em segundas núpcias casou com Maria Amélia Porto Borborema. Tivera dois filhos: Maria das Neves Bandeira Diniz e Antonio Chateaubriand. (Medeiros & Medeiros, 1989: 273-274)

3.5.3- Veridiana Bandeira de Melo (cerca de 1853)

**Seguem demais Filhos do Coronel Hilário e Antonia Caitana da Costa Ramos**

**4— Joaquim da Costa Ramos** (1790-1865). Foi casado com Maria Madalena do Espírito Santo. Moraram em Campina Grande. Tiveram seis filhos:

1º) Efigênia Francelina Ramos, que fugira da casa de seu tio Major Antonio da Costa para casar com Domingos Tavares de Brito. Filho de João Tavares de Farias e Francisca Josefa de Brito. O casal morava na localidade de Água Doce, da então Vila de São João do Cariri;

2º) Joaquina Donatília Ramos casada com seu tio viúvo Major Antonio da Costa. Viúva, Joaquina casou com seu primo Benedito de Barros Ramos. Filho de Hilário da Costa Ramos Júnior e Ana Maria dos Prazeres;

3º) Evarista Costa Ramos (+1865);

4º) Emília da Costa Ramos falecida antes de 1865;

5º) Clarinda Joaquina Ramos casada com Caetano Bezerra de Sousa; residiram em Cabaceiras (1843);

6º) José Gorgônio da Costa Ramos era natural de Campina Grande. Casou com Áurea Flora Ramos. Filha de Tomás da Costa Pimenteira e Francisca Maria de Barros. (Medeiros & Medeiros, 1989: 275-277).

**5- Manuel da Costa Ramos** nascido em 1792 e falecido antes de 1839. Foi casado com Cristina Rodrigues de Barros (Cristina Bezerra de Barros ou Bezerra de Melo). Moradores do lugar Falcão no Cariri. Foi Deputado na Primeira Legislatura do Conselho da Província da Paraíba. (1835 / 36) (Medeiros, 1989:277).

**6- Vicente da Costa Ramos Brasil** (1793). Era casado com Maria Guilhermina Costa Ramos. Moravam no povoado do atual Município Paraibano de Pedra de Fogo. (Medeiros & Medeiros, 1989: 277).

## **Povo de Major Domingos da Costa Ramos**

**7- Major Domingos da Costa Ramos** (1797-1878), viúvo casou (cerca 1829) com a prima Emerenciana Maria de Paiva Ramos (1815-1885) (Trisavó Merencinha). O casal vivera na Fazenda Ponta de Serra da Vila Real de São João do Cariri, no começo do Império. Como Subdelegado da Milícia local, emprestou dinheiro ao Governo da Província para a compra de alimentos e armas para a manutenção da ordem no âmbito do Cariri de Fora, na Revolta da Confederação do Equador (1824). Fora grande produtor e exportador de algodão. Fora o primeiro a usar a prensa para enfardamento desse produto na região. Detinha a posse da grande propriedade desta agroprodução monocultora escravista de exportação. Foi proprietário de muitos bens, terras e escravos. (Medeiros & Medeiros, 1989: 278-279 e Leal, 1968:77). O Major Domingos e Emerenciana Maria da Costa Ramos tiveram uma descendência de oito filhos:

7.1- Belmira da Costa Ramos (1830), casada com o primo Dr. Elias Eliaco Eliseu da Costa Ramos. Deixaram uma descendência de sete filhos, mencionada anteriormente.

7.2- Benvinda de Paiva (ou Costa) Ramos (cerca 1831) casou primeiramente com seu primo Ildefonso da Costa Romeu (cerca 1831 / 56). Nasceram-lhes dois filhos:

1º) Florismundo da Costa Ramos, órfão de três anos por ocasião da morte do pai;

2º) Maria Emerenciana da Costa Ramos, com três meses naquela mesma ocasião (1856 / 1887). Esta casou com o primo Bento Ramos Correia Lima. Filho de Dr. Genufno e Firmiana Correia Lima, da Fazenda Cauassu da Vila Real de São João do Cariri. Também o casal Maria Emerenciana e Bento Correia Lima vivera no Cauassu. Tivera duas filhas: a) Irmã Dulce Ramos Correia Lima (cerca 1886), falecida no final dos anos 1970 e b) Olga Correia Lima Cavalcante (cerca 1887), falecida por volta de 1902. Esta filha casou com o primo areiense Antonio Graciliano Cavalcante Souto Correia Lima. Este era filho do segundo casamento de Manoel Ildefonso Correia Lima e de Mariana Francisca Cavalcante Souto Correia Lima da Vila do Brejo de Areia. Olga como a mãe falecera de parto. (Medeiros & Medeiros, 1989:97; Bastos, 1954 / 55 e a Tradição Familiar)

### **Jornalista José Ramos Leal (1891 / 1976)**



A viúva Benvinda casa-se pela segunda vez com o Advogado Curador de seus filhos, Claudino José dos Santos Leal. O Casal tivera desta vez uma descendência de três filhos: 1º) Antonio Claudino Leal Ramos, que casou com Inácia Leal Ramos. Esta era filha de José Gorgônio da Costa Ramos e Ângela dos Prazeres dos Ramos. Estes foram pais de José Leal Ramos, escritor e jornalista; 2º) Raquel Leal Ramos casada com Félix Antonio Alves Pequeno e 3º) Domingos Leal Ramos, falecido solteiro. (Medeiros & Medeiros, 1989: 281-282).

### **Padre Inácio de Sousa Cavalcante (cerca 1865 / 1952)**



O Dr. Antonio Claudino Leal Ramos falecera (1863), vindo Benvinda a casar pela terceira vez, agora com o Major Cirilo de Sousa Cavalcante (1837). Este era filho de Faustino de Sousa Cavalcante e Emerenciana Hortência do Amor Divino. Viveram no Sítio Ariú da então Vila Real de São João do Cariri. O casal tivera o filho Padre Inácio Ramos Cavalcante. (Medeiros & Medeiros, 1989:221-222 e 279-282).

7.3- Padre Manuel Ubaldo da Costa Ramos (1835) (Padre Neco). De forma avançada para o seu tempo, como ocorre com os evangélicos de hoje, este fora padre e chefe familiar. Exercera seu sacerdócio em Caruaru-PE e no Distrito de Monteiro da Vila Real de São João do Cariri; onde tivera mulher e filhos. (Medeiros e Medeiros, 1989: 282-283)

7.4- Major Amaro da Costa Ramos nascido na Fazenda Ponta de Serra em 1838 e falecido em cerca de 1878. Antes desse cargo, foi Sub-Delegado da Milícia da Vila Real de São João do Cariri.



### **Solar dos Ramos –em São João do Cariri no Segundo Império**

**Casa de Domingos da Costa Ramos (Dr. Mingú)**- construída (cerca 1868) num estilo eclético-Arcádico, ao casar com Maria Joaquina de Medeiro Ramos (“Mãe Sinhá”). Desta sacada, estes nossos bisavós teriam contemplado os grandes acontecimentos festivos da histórica Vila de São João do

Cariri, desta época do Império. Nesta casa Dr. Mingú teria vivido com sua prole. Agora como um marco antigo ainda resiste ao tempo, salvaguardando para os descendentes aqueles memoráveis dias da Família Costa Ramos. (Fonte: a Tradição da Família Medeiros Ramos e José Farias Brito, 1989: 23).



### **Dr. Domingos da Costa Ramos (1840 / 1913) (Dr. Mingú)**

**7.5- Dr. Domingos da Costa Ramos** era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife (Turma 1867). Casou (1868) com Maria Joaquina de Medeiros Ramos. (1848-1936) (Mãe Sinhá).

Esta era natural da Vila Real do Brejo de Areia - PB. Filha do Coronel Luís Vicente de Medeiros (1823-1888) e de Josefa de Farias Medeiros (1827-1878).

Dr. Domingos da Costa Ramos foi Promotor Público da Comarca de Alagoa Nova (cerca 1879). Juiz de Direito da Comarca de Cuité (1891) e Deputado Estadual (1900 / 03). (Medeiros & Medeiros, 1989: 287). Maria Joaquina recebera formação educacional em Colégio de Freiras estrangeiras. Com muitos dotes, entre outros falava com fluência o idioma francês. (Fonte: a Tradição Familiar).

O casal Dr. Domingos e Maria Joaquina da Costa Ramos deixara uma descendência de seis filhos:

7.5.1- Domingos de Medeiros Ramos (1881) (Raminho). Este era casado com Alexandrina Tranca de Medeiros Ramos (Bembém). Pais de Maria, Zeferina e Edite de Medeiro Ramos. Este era Administrador da Mesa de Rendas de São João do Cariri (1919)

7.5.2- Elísio de Medeiros Ramos (1884) casado com Alexandrina Caldas Ramos. O casal era pai de Genuína de Medeiros Ramos, casada com Abdias da Costa Ramos Júnior. Por sua vez, este era filho de Abdias da Costa Ramos e de Maria de Oliveira Ramos (Mocinha), já referidos.

7.5.3- Maria de Medeiros Ramos (1885-1910) (Sinhazinha) casada com Capitão Acácio da Costa Ramos, já abordados.



## Ancestrais da Família Medeiros Ramos

**7.5.4- Luísa de Medeiros Ramos (1886-1934)** (Avó Luzinha) casada com **Clementino Correia Lima**. Nascido na antiga Fazenda Cauassu / PB (1867), falecido na cidade de Serra Branca - PB, em 1952. Este era filho do Dr. Genufno Correia Lima (1828-1885) e de Firmiana da Costa Ramos (Ramos Correia Lima) (1838-1812) (Dindinha), Genearca da Família Correia Lima da Fazenda Cauassu (Genealogia do Cauassu) da Vila Real de São João do Cariri-PB.(1855).

**7.5.5- Inácio de Medeiro Ramos (1887)**, casado com Francisca Correia Lima de Medeiros Ramos (cerca 1890) (Yayá). Nascida no sítio Coroa Branca de Serra Branca / PB. Filha de Amaro Ramos Correia Lima (1859) e de Maria do Carmo Maroja Correia Lima (cerca 1861) (Maroca) de Gurinhém / PB

**7.5.6- Joana Batista de Medeiros Ramos (1888)** (Batistinha) casada com Luís Pires de Holanda. (Medeiros & Medeiros, 1989: 287)

**7.6- Ildefonso da Costa Ramos (1843) (Idio Herói)**. Na Guerra do Paraguai (1865 / 70), formou o próprio pelotão e foi lutar a favor do Brasil, no Segundo Império. Voltou dez anos após o início dessa guerra, envelhecido e irreconhecível (1875). Sofrera ferimentos graves, cujas seqüelas o acompanharam pelo resto da vida. Contudo, foi um político atuante, sendo Deputado Provincial por três Legislaturas (1878 / 79), (1880 / 81) e (1882 / 83). Ildefonso da Costa Ramos não deixara descendentes conhecidos. Teria dedicado grande parte de sua vida aos ideais da Política e da Soberania Nacional. Ao nosso Herói, a honra e o reconhecimento da Família! (Medeiros & Medeiro, 1989: 287-288; Leal, 1972; Figueira, 2003: 273-276 e a Tradição Familiar).

**7.7- Elpídio da Costa Ramos (cerca 1845)** casado com Anailde da Costa Ramos. Foi "Partidor" e Contador da Comarca de São João do Cariri.

**7.8- Emerenciana da Costa Ramos Filha (cerca 1848)** casada com o Major Belmiro Barbosa Ribeiros. Do casal não houve descendência. (Medeiros & Medeiros, 1989: 288)

**8- Tomás da Costa Ramos Pimenteira (1798-1850)**. Major-Ajudante de Ordens do Comando Superior da Guarda Nacional de São João do Cariri, Campina

Grande e Cabaceiras. Casou com a prima Francisca Maria de Barros. Filha de Antonio de Barros Leira e Isabel Joaquina da Conceição. Viúvo casou com a cunhada Maria Americana de Barros. O Major Tomás foi eleito Deputado Provincial (1850). Vivera no Sítio Jerônimo, então Termo de Cabaceiras. O casal deixou a descendência de cinco filhos:

- 1º) Antero da Costa Ramos Pimenteira casado com Isabel Joaquina do Amor Divino;
- 2º) Áurea Flora Ramos casada com José Gorgônio da Costa Ramos;
- 3º) Flora da Costa Ramos casada com Leonardo Pereira de Barros Lucena;
- 4º) Francisca Evangelista de Barros Pimenteira casada com Crispim Ferreira Guimarães;
- 5º) Inácia Americana de Barros, solteira. (Medeiros & Medeiros, 1989: 290).

**9- Hilário da Costa Romeu Júnior (1801)** casado com Ana Maria dos Prazeres. O casal morava na Fazenda José da Silva, ao sul da Vila Real de São João do Cariri (1865). Tivera os filhos: Benedita Maria (1829) e Benedito de Barros Ramos (1834). Este era casado com Joaquina Donatília Ramos, viúva do próprio tio Major Antonio da Costa Salgado.

Nestes consistem os filhos de Antonia Caitana de Sant'Ana e Hilário da Costa Ramos. Estes foram os progenitores da ilustre e tradicional família Costa Ramos, de São João do Cariri. Desses ancestrais se originou a Ramificação dos Costa Ramos (Medeiros Ramos) do Sítio Água Doce de Serra Branca. / PB.

## III - Ramificação Genealógica dos Medeiros Ramos do Sítio Água Doce

**Família de Clementino Ramos Correia Lima (1867 / 1952)**. (À extrema esquerda do casal as filhas: Josefa e Mena, à direita Roque)



A Ramificação dos Costa Ramos do Sítio Água Doce do atual Município de Serra Branca - PB tivera origem do casamento de Clementino Ramos Correia Lima com Luísa de Medeiros Ramos (1886 / 1934) (Avó Luzinha).

Esta era filha de Dr. Domingos da Costa Ramos (Dr. Mingú) e da areiense Maria Joaquina de Medeiros Ramos (bisavó Sinhá). Esse casal vivera na Fazenda Ponta da Serra da Vila Real de São João do Cariri.

Clementino Ramos Correia Lima era filho do Dr. Genuíno Correia Lima (Dr. Ginú) (1829/85), nascido na Cidade da Parayba, então Capital desta Província e, de Firmiana da Costa Ramos (ou Ramos Correia Lima) (1838/1912). Por sua vez, Firmiana era filha única do Alferes Amaro da Costa Romeu Júnior (1818 / 1842) e Edviges da Costa Ramos (cerca 1822 / 1875). O casal Genuíno e Firmiana Correia Lima vivera na Fazenda Cauassú, da referida Vila de São João do Cariri.

1.0) O casal Clementino e Luísa Ramos Correia Lima deixara uma descendência de três filhos: 1.1) Josefa Ramos Borba; 1.2) Roque Ramos Correia Lima e 1.3) Mena de Medeiros Ramos, a seguir considerados:



### Casal Joaquim e Josefa Borba

**1.1 Josefa Ramos Borba (Zefa)** (1907-1983) nascera no Sítio Água Doce de Serra Branca / PB. Casou (1928) com Joaquim Borba Filho (1896-1985). Filho de Joaquim Dias Borba (cerca 1870-1947) e de Maria José de Andrade, nascida em 1877 e falecida nos anos de 1930. Ambos de Pernambuco.

Este casal era proprietário do Engenho Condadinho de São Vicente Ferrer, na Zona da Mata de Pernambuco. O casal Josefa e Joaquim Borba residira por seis anos no Sítio Água Doce, onde nasceram seus primeiros quatro filhos. Depois veio a morar no Sítio Feitosa (1934). Com sua ampliação, essas terras passaram a ser chamadas de Aliados (1948). Ali nasceram os demais membros dessa família. Em busca de maiores oportunidades de vida e educação dos filhos, o casal teria emigrado para Campina Grande (1966) e, finalmente para João Pessoa, (1980). Ali viera a falecer, deixando uma descendência de onze filhos:

**1.1.1- Inácio Ramos Borba** (1929) nascido em Serra Branca. Formado em Contabilidade. Comerciante aposentado. Casado com a prima Miltonísia Correia Lima. O casal reside em Campina Grande tendo os filhos: a) Joaquim Teodósio Correia Lima (1964) Administrador de Empresas, comerciante. Casado com Ivoneide Soares de Sousa (1970), Economista, natural de Sumé / PB. O casal reside em Campina

Grande, tendo as duas filhas: Ana Clara e Ana Maria Soares Correia Lima; b) Ana Dionísia Borba Lucena (1968), formada em Administração de Empresa, comerciante. Casada com Renato Araújo Lucena como a esposa, também comerciante. Residentes em campina Grande tendo os filhos: Renato Lucena Filho (1990) e Lívia Borba Lucena (1994), ambos universitários;

**1.1.2- Peryllo Ramos Borba** (1930) nascido em Serra Branca. Engenheiro Civil aposentado do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e Professor aposentado da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Viúvo de Iracema Bulcão Borba (1928-2008), Pedagoga, professora aposentada do Ensino Médio. O casal morava em Campina Grande, onde Peryllo ainda reside, tendo os filhos:

a) José Thadeu Bulcão Borba (1956). Engenheiro Civil, funcionário da UFCG. Casado com Rita de Cássia Nogueira Borba (1958). Licenciada em Letras, também funcionária da UFCG. O casal reside em Campina Grande tendo os dois filhos: José Thiago Nogueira Borba (1983), Engenheiro Elétrico e Peryllo Ramos Borba Neto (1987), estudante de Engenharia;

b) José Tharcísio Bulcão Borba (1960), Engenheiro Mecânico e de Segurança e funcionário da UFCG. Casado com Silvana Carvalho Borba, universitária. O casal reside em Campina Grande tendo os filhos: Thalita (1989) e Thatiana Carvalho Borba (1993) e José Tharcísio Bulcão Borba Filho (2000);

c) José Tharso Bulcão Borba (1962), Engenheiro Civil. Casado com Marieta Fernandes Borba (1964), formada em Farmácia e Bioquímica. O casal reside em campina Grande, tendo os gêmeos: Thaíse e Tharso Fernandes Borba (1991);

d) Tharciana Bulcão Borba Vieira (1978), bacharela em Educação Física. Casada com Carlos Alexandre Oliveira Vieira (1975). O casal reside em Campina Grande tendo, a filha Thaís Bulcão Borba Vieira (2005).

**1.1.3- Gesci Borba Lima** (1931) nascida em Serra Branca. Formada em Pedagogia, Professora Aposentada do Ensino Médio. Casada com o primo Eloi Guimarães Lima (1918). O casal residira no Sítio dos Caboclos de Serra Branca / PB. Mudara para a Cidade-sede desse Município ao final dos anos 1960, em busca de maiores condições sócio-culturais e econômicas para a família. O casal tivera uma prole de cinco filhos:

a) Esaú Borba Guimarães, Engenheiro Civil. Casado com Zuleide Arruda Santiago Guimarães, Licenciada com Mestrado em Letras pela UFCG e Doutoranda nesta área. Professora e Oficial de Justiça. O casal reside em Campina Grande tendo os filhos: Estevão e Síntique de Arruda Guimarães;

b) Maria do Socorro Guimarães Araújo, Pedagoga, professora da UFPB. Casada com Luís Alberto de Sousa Araújo. Formado e com Pós-Graduação em Biblioteconomia, funcionário da UFPB. O casal reside em João Pessoa, tendo os filhos: Patrícia Guimarães Araújo, ex-Professora da Universidade Federal de Rio Tinto-PB, Mestre em Oceanografia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de São Paulo-USP e Eduardo Guimarães Araújo, tendo Curso em Publicidade e Propaganda;

c) Heloísa Borba Guimarães de Brito, Psicóloga. Casada com Pedro Lins de Brito, formado em Contabilidade, empresário construtor de material de construção. O casal reside em João Pessoa tendo os dois filhos: Erickson Elói Borba Brito casado com Aluska Maria Santos Gondim Brito e Érika Cristina Brito de Assunção, Engenheira Civil, casada com Fabrício Fernandes Pessoa de Assunção, Formado em Análise de Sistemas, residentes em João Pessoa;

d) Antonio Borba Guimarães, Engenheiro Civil, Ex-Prefeito da Cidade Universitária da UFPB, Campus I. Casado com a prima Níla Maria de Sousa Lima Guimarães. O casal reside em João Pessoa tendo os filhos: Halley Arthur Correia Lima Guimarães formado em Publicidade e Propaganda, funcionário da UFPB e Firmiana Correia Lima Guimarães estudante de Psicologia;

e) José Borba Guimarães, comerciante casado com a prima Patrícia Borba Vilar, Advogada, Mestre em Ciência da Sociedade pela UFCG, Professora na Universidade Potiguar. O casal reside em Natal, tendo os filhos: Carolina (1991), Caio José (1993) e Cecília Vilar Guimarães (1999);

f) Zilma Maria Borba Guimarães, solteira, estudante, residente em Serra Branca. (Fonte: dados familiares).

**1.1.4- Cecy Borba Correia Lima** (1934) natural de Serra Branca. Com Curso de Licenciatura em Estudos Sociais, com Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, Professora aposentada do Ensino Médio. Ex- Diretora da Casa de Cultura Padre João Marques de Serra Branca. Viúva do primo José Correia Lima Sobrinho. O casal vivera em Serra Branca, onde Cecy ainda reside. Não houve descendência.

**1.1.5- Berilo Ramos Borba** (1935) natural de Serra Branca. Ex-Seminarista. Bacharel Licenciado em Teologia, Mestre em Administração Pública, Ex- Secretário da Administração do Estado da Paraíba e Ex- Reitor da Universidade Federal da Paraíba. Advogado militante. Casado com Maria Auxiliadora Bezerra Borba, Mestre em Serviço Social e Professora aposentada da Universidade. O casal reside em João Pessoa, tendo os Filhos: a) Débora

Regina Bezerra Borba de Macedo Silva (1971), Médica Pediátrica do HU / UFRN. Casada com Virgílio de Macedo Silva, Economista. O casal reside em Natal, tendo os filhos: Pedro Virgílio (2001) e Maria Luísa Borba de Macedo Silva (2002); b) Ricardo Berilo Bezerra Borba (1974), Advogado militante, Doutorando em Direito na Argentina. Casado com Vanessa Vieira Lopes Borba, Médica Endocrinologista Pediátrica. O casal reside em João Pessoa, tendo as filhas: Beatriz (2006) e Letícia Lopes Borba (2007).

**1.1.6- Rita Ramos Borba** (1937), natural de Serra Branca, Formada em Administração de Empresas, Licenciada em História e Geografia e em Estudos Sociais. Pós-Graduada em Educação de Adultos. Professora aposentada do Ensino Médio. Solteira, residente em João Pessoa.

**1.1.7- Geraldo Ramos Borba** (1941), natural de Serra Branca. Engenheiro Civil, Advogado, Professor aposentado da UFPB. Casado com Marlene Fernandes Borba (1940) natural de Belém / PA. Formada em Administração Pública e Pós-Graduada em Recursos Humanos, Professora aposentada Geraldo e Marlene Borba residem em João Pessoa, tendo os filhos: a) Sylvia Marlene Fernandes Borba (1973). Dentista, Advogada. Casada com Heráclito Vicente Madeiro, universitário de Administração de Empresas. O casal reside em João Pessoa, tendo os filhos: Samara Hellen (2004) e Samuel Henrique Fernandes Borba Madeiro (2008) e b) Halynson Geraldo Fernandes Borba (1978) formado em Contabilidade. Casado com Juliane Coeli Brandão Borba, estudante de Administração. O casal reside em João Pessoa, tendo a filha Ana Júlia Brandão Borba (2003);

**1.1.8- Luís Ramos Borba** (1942) natural de Serra Branca. Engenheiro Químico, com Mestrado em Meio Ambiente, Assessor Técnico aposentado da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA e Professor aposentado da UFPB. Casado com Giovana Líbia Di Pace Borba Professora Licenciada em Letras. O casal reside em João Pessoa, tendo os filhos: a) Umberto Di Pace Costa (1974) com Curso de Turismo e empresário da área; b) Maria Consuelo Di Pace Borba (1979), Advogada concursada da Petrobrás, solteira, residente em Natal e c) Luís Ernesto Di Pace Borba (1980), com Curso de Computação e ex- professor universitário em Caruaru. / PE. Casado com Carla Brígida Albuquerque Borba, universitária. O casal reside em João Pessoa, tendo o filho Luís Ernesto Di Pace Borba Júnior (2005).

**1.1.9- Maria do Socorro Borba Vilar** (1943) é natural de Serra Branca - PB. Bacharela Licenciada em Pedagogia (UnB). Casada com o primo Antonio Vilar de Queiroz, aposentado. O casal reside em Natal, tendo os filhos: a) Patrícia Borba Vilar Guimarães - Advogada com Mestrado em Ciência da Sociedade e Doutoranda em Direito na Argentina. Casada com o primo José Borba Guimarães, já referido entre os descendentes de Gesci Borba Lima e b) Emerson Borba Vilar - Advogado concursado da Petrobrás, casado com Zenara Maria Faustino Silva Borba Vilar, tendo a filha Marina Zahara Silva Borba Vilar.

**1.1.10- Antonia Borba de Brito** (1944), natural de Serra Branca. Socióloga, Pós-Graduada em Sociologia Rural. Professora aposentada da UFPB. Casada com José Lins de Brito, aposentado. O casal reside em João Pessoa, tendo o filho Giordano Bruno Borba de Brito, formado em Administração de Empresas, universitário de Teologia da Faculdade Evangélica do Nordeste –FAENOR, solteiro, também residente em João Pessoa.

**1.1.11- Antonio Ramos Borba** (1946), natural de Serra Branca. Engenheiro Civil, empresário da Construção Civil. Casado com Paula Maria de Queiroz Borba (1950) natural de Patos- PB. O casal reside em João Pessoa, tendo os filhos: a) Paula Regina de Queiroz Borba, Advogada, solteira; b) Maria Olívia de Queiroz Borba, estudante de Advocacia, solteira; c) Juliana Carla de Queiroz Borba, estudante de Enfermagem, solteira e d) Rodrigo Bruno de Queiroz Borba (1986), Engenheiro Civil, solteiro, residente em João Pessoa.

Nestes consistem os filhos do casal Joaquim Borba Filho e Josefa Ramos Borba, que configuram parte dos descendentes da Ramificação Costa Ramos do Sítio Água Doce. Os demais serão objeto de consideração a seguir

#### Roque Ramos e sua esposa Nanete



**1.2 Roque Ramos Correia Lima (Ninôr)** nascido no Sítio Água Doce em 1908. Falecido em Campina Grande ao final dos anos 1970. Roque era filho de Clementino Ramos Correia Lima, nascido em 1867 e falecido em 1958 e, de Luísa de Medeiros Ramos (Luzinha) (cerca de 1886 - 1934)) de São João do Cariri. Por sua vez, esta era filha de Dr. Domingos da Costa Ramos (1840-1913) (Dr. Mingú) da Fazenda Ponta da Serra, da Vila Real de São João do Cariri. Casado com Maria Joaquina

de Medeiros Ramos (Sinhá) da Vila do Brejo de Areia / PB. Esta tivera por pais o Coronel da Guarda Nacional, Luís Vicente de Medeiros (cerca 1823 / 88) e Josefa de Farias Medeiros (cerca 1827 / 78). Roque casou com a sua prima Ana de Medeiros Ramos (Nanete) (cerca 1909-1994), nascida na Fazenda Coroa Branca de Serra Branca. Esta era filha de Francisca Correia Lima de Medeiros Ramos (Yayá) e de Inácio de

Medeiros Ramos. Por sua vez, este era o 5º filho de Dr. Domingos da Costa Ramos, já referido. O casal residiu no Sítio Água Doce. Na década de 1970 emigrara para Campina Grande em busca de maiores oportunidades de tratamento médico. Ali falecera, deixando a filha única:

#### Maria Ronete Ramos Araujo



**1.2.1. Maria Ronete Ramos Araújo** (1948), com Curso de Serviço Social, Ex-Assistente Social do Hospital Pedro I de Campina Grande, professora aposentada da UEPB. Viúva do Advogado Edvan Gouveia de Araújo (1948-2007), natural de Barra de São Miguel / PB.

O casal residiu em Campina Grande, onde Ronete ainda mora, tendo os filhos:

a) Kleper Ramos Araújo (1977), casado com Débora Mozart Bezerra Araújo. O casal reside em Campina grande, tendo os Filhos: Stênio Mozart Bezerra Araújo (1994) e Ana Ronete Bezerra Ramos Araújo (1995);

b) Ana Araújo Ramos casada com Flávio José Pereira Almeida, ambos formados em Telecomunicação. O casal reside em Campina grande, tendo a filha Ana Flávia Pereira Ramos.

**1.3. Mena Ramos Correia Lima** (1910-1995), nascida no Sítio Água Doce. Era funcionária Pública aposentada do Estado da Paraíba. Vivera grande parte de sua vida na Capital. Era muito habilidosa na arte de renda filé. Boa parte dos seus trabalhos está preservada pela família. Solteira, veio a falecer em Serra Branca, após ditosa velhice.

Nestas consistem as Ramificações dos Costa Ramos e dos seus descendentes da Fazenda Água Doce do antigo Cariri paraibano.

Os mais velhos destas estirpes viveram no contexto socioeconômico e político do final do Império e início da República. Este se caracterizara pela acentuada desigualdade social, crise institucional, carestia e pela insegurança social local.

Este contexto será objeto das considerações a seguir.

## Segunda Parte—Contexto Socioeconômico do Império

### I - Terra e Grupos Sociais do Nordeste no Império

Na região Nordeste, a posse da terra teria sido o condicionante principal da formação da sociedade. A partir dela, teriam se estruturados seus principais grupos sociais. Nesta região, predominara a grande propriedade da terra, cuja origem adveio das antigas doações de sesmarias. Esta grande propriedade teria determinado aproveitamentos específicos das áreas desta Região. Com efeito, na Zona da Mata teria prevalecido a cultura da cana de açúcar. No Agreste e Cariri fora dado maior destaque à pecuária e / ou ao algodão. No Sertão predominara a pecuária extensiva e, no Meio Norte (MA e PI), o extrativismo vegetal e a pecuária. (Monteiro, 1981: 10).

As pequenas propriedades seriam em número reduzido, dedicando-se geralmente a agropecuária alimentar e, em alguns casos, ao algodão. No Agreste contou-se com os “brejos” ou regiões mais elevadas, que beneficiadas por um clima de maior umidade, serviram às culturas alimentares. No Sertão, esses “brejos” circundavam os rios, tendo o mesmo aproveitamento. Como forma de distribuição da terra, haveria ainda o arrendamento para a prática de agricultura tipicamente de subsistência. Seriam comuns também as “roças” dos agregados ou trabalhadores eventuais das fazendas, a quem se permitia a prática de um pequeno cultivo de alimentos. (Monteiro, 1981: 10-11)

Condicionada por esta divisão e uso da terra, prevalecera uma estratificação social ou hierarquia de grupos sociais diversificada. Com efeito, no topo da hierarquia estava o grande proprietário da terra, no início coronel de Tropas da Milícia colonial. No Império, prevalecera o coronel da Guarda Nacional (1831/1922). Na prática, eram verdadeiros donos da região sob sua influência. Do lado de baixo, na base da hierarquia social estavam os escravos e os moradores ou agregados, em piores condições de vida que os escravos. Entre os extremos da hierarquia social, situava-se grande variedade de tipos sociais, que compreendiam: a) pequenos e médios proprietários ou arrendatários; b) profissionais assalariados ou autônomos, e mesmo, profissionais liberais e funcionários do Estado monárquico. (Monteiro, 1981: 12).

Deste modo, a desigual distribuição de terras caracterizaria a população rural, na medida em que apenas um pequeno número de pessoas teria acesso a ela, enquanto proprietário ou arrendatário. Uma grande massa potencialmente crescente teria que se contentar com a condição de agregados, ou de trabalhadores de jornadas. Estes últimos formavam uma mão de obra barata e abundante, com ínfimas condições de

vida. Desta massa, teriam se originado os bandoleiros da região (“jagunços,” “cabras” e “cangaceiros”). Na cidade, prevalecera uma classe média potencialmente conflitante que sofria os efeitos da carestia. Era formada de artesãos e profissionais liberais e de um pequeno clero. Em sua ideologia, defendiam-se os ideais da justiça social. (Monteiro, 1981: 12-13).

Na longa crise que o Nordeste atravessou no século XIX, esses grupos sociais não se limitaram a esperar pacificamente pela solução de seus problemas. Agiram a seu modo, a curto e longo prazo. Dos mais empobrecidos que não emigraram, se originaram levas de bandidos que se adentraram pelo interior. Destas hostes também saíram os “perturbadores” da ordem pública. Estes colaboravam na rebeldia dos Coronéis, ou rebelavam-se diretamente contra seus exploradores. Dos setores médios urbanos surgiram os “conspiradores,” que nos clubes políticos, na pregação pública e nos jornais radicalizaram a crítica ao regime imperial.

Esses conspiradores também lideravam intelectualmente e, na prática, os motins e revoltas urbanas. Dos mais poderosos dos grandes proprietários, surgiram os conflitos contra seus pares, as violências contra os agregados e as contestações ao poder público. Isoladas ou coletivas, estas contestações tomaram os mais variados aspectos. Variavam da explosão coletiva, como a Revolta Quebra Quilo do interior da Paraíba, Pernambuco, Rio grande do Norte e Alagoas (1874/75), ao completo desinteresse com relação à sorte da Monarquia (1889). (Monteiro, 1981: 14).

### 1. Os Grandes Proprietários de Terra

Estes proprietários fundamentaram sua dominação no latifúndio e na exploração do trabalho. Este ocorria sob relações sociais de produção, que iam do contrato mediante salário à relação de escravidão, conforme as conveniências e a lucratividade. Desde a fase colonial, os grandes proprietários impuseram-se socialmente pela violência. Esta ocorria por meio de a) expropriação de indígenas, privando-os de suas terras e, em muitos casos, de sua liberdade; b) da escravidão do africano e sua coação ao trabalho; e c) da apropriação da quase totalidade das terras por uma minoria. Isso impedia que uma camada potencialmente crescente de homens livres se tornasse proprietária. Portanto, instalou-se uma ordem caracterizada pela violência. O grande proprietário ou Coronel necessitou de se impor autoritariamente sobre a população de seu “domínio.” O fizera para assegurar a posse dos seus bens, diante da possibilidade de invasão pela maioria de trabalhadores livres, escravos e bandoleiros. (Monteiro, 1981: 14-15).

Com efeito, o grande proprietário Coronel refugiou-se em sua grande propriedade e cercou-se de uma milícia privada. Buscava precaver-se contra as possíveis “traições” ou “discordâncias” dos que habitavam suas “áreas de mando”. Também concorria com outros grandes proprietários, com quem disputava influência local ou mesmo as terras. Não bastasse isso, o Estado monárquico ao tentar instalar a ordem, tomava medidas que contrariavam os seus interesses. O grande proprietário estava no meio rural fundamentalmente como centro de convergência das lutas sócio-políticas da região. Traçava os rumos do relacionamento social e político. Era a célula de todo o sistema. Tinha em suas mãos o poder econômico, jurídico, político e até mesmo os parâmetros da ação religiosa local.

A ordem social do Nordeste rural imperial teria se instalado sob o primado da lei do mais forte, regido pelo código desse grande proprietário. Sua ótica era simples. Ele era o juiz, face ao qual o bem e o mal se definiam em termos de seus próprios interesses. O bem era o que lhe era propício. O mal era o que se lhe opunha. Estava acima do julgamento dos subordinados, cabendo-lhes balizar o comportamento acatado por fidelidade, ou rejeitado por infidelidade. Os que discordavam, transformava-os em seus inimigos. (Monteiro, 1981: 15-16)

Essa dominação do Coronel seria produto do latifúndio e da omissão ou ausência do Poder público. No período de 1850 a 1889, este passou a contar com dois desafios. De um lado, havia a crise do setor agroexportador que se não o arruinava, deixava sua situação econômica insustentável. De outro, estava a Monarquia como um contraponto de seu poder. Acostumado ao mando sobre seus vastos domínios numa autoridade advinda dos tempos coloniais, esses proprietários coronéis sofreriam os efeitos da centralização monárquica, com o Império e suas leis absolutistas. Findo o período Regencial e vencida a Revolta Praieira (1848/50), a seguir considerada, a Monarquia recomeçara a sua obra de centralização e de instalação de uma estrutura político-administrativa mais racional e menos patrimonial. (Monteiro, 1981: 16).

Este fato veio a produzir atritos entre o Poder público e privado. Apesar de tudo, os grandes proprietários não cederam sua autoridade e agiam como se fossem o poder maior, descaracterizando o poder público na sua área de influência, desmoralizando a Justiça e oprimindo os dependentes. Esse proprietário de patente militar entendia o Estado como expressão de seus interesses privados. Enquanto o Estado adotava uma política “dúbia”, mas “lógica” quanto aos interesses nacionais. Ao Império atemorizava a idéia de qualquer convulsão interna, que acarretasse a ruptura das estruturas de poder. Em casos de motins ou insurreições, se partissem das camadas mais pobres, a resposta do Governo Imperial se fazia “pronta e enérgica”.

Quando partia dos Coronéis, essa reação era “protelatória e cuidadosa”. (Monteiro, 1981:16-17).

O que se depreende desse relacionamento, é que este se dava em níveis diversos e de modos diferentes. A nível local ocorre uma submissão quase completa das autoridades ao grande proprietário. Em nível geral, havia uma ação decisiva com recuo tático. Esta visava enquadrar os grandes proprietários no Estado racional que se formava. O Império tinha consciência da importância daquela figura social, como primeira garantia da ordem pública. Também, estava ciente da necessidade de organizar mais modernamente o País. Com efeito, colocou esta organização como objetivo permanente à longo prazo, para evitar uma ação imediata que provocasse reações incontroláveis. Trocaram-se a paz interna e a unidade política, pela concessão de poder aqueles Coronéis em nível local. Entretanto, em nível geral a administração pública manteve uma independência relativa, necessária para alcançar seus objetivos. (Monteiro, 1981: 17-18).

Historicamente, conflitos entre aqueles grandes proprietários e o Império eclodiam porque este adotara medidas contrárias aos interesses daqueles, ou não atendia às suas reivindicações. Esses conflitos quase sempre terminavam com uma conciliação, geralmente prejudicial ao Poder estatal. Apesar de tudo, uma colaboração entre esses proprietários e o Estado existira. Porque por mais que divergissem, mantinham interesses comuns. O maior deles era a necessidade de defender a ordem, numa sociedade com grande número de desempregados, marginalizados e escravos. Além disso, havia a esperança de auxílio financeiro da parte do Estado à agroexportação, cada vez mais carente de capital.

Mesmo com uma relativa comunhão de interesses, jamais os grandes proprietários se mantiveram unidos na oposição ao Governo Imperial. Entretanto, houve um distanciamento decisivo entre estes e o Regime Monárquico. Isto acontecera em função de determinados acontecimentos. Um deles, fora a reforma da Guarda Nacional (1873). Outro fora a nova Lei do Recrutamento Militar. Esta gerou convulsão social na Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Bahia, (1874), como logo se verá. Também houve a falta de apoio financeiro estatal e, por fim, a crise econômica da região que se agravou por contingência das Secas. (Monteiro, 1981: 18).

## 2. Os Lavradores do Nordeste

Entre os lavradores prevalecera uma grande heterogeneidade. Uma grande distância sócio-econômica os separava dos grandes proprietários. Formavam a maioria

da população. Compunham-se de: pequenos arrendatários e proprietários; moradores ou agregados e jornaleiros (diaristas). Suas condições de vida e trabalho eram precárias. Como agregados habitavam a favor nas terras do senhor em situação instável, podendo ser expulsos inesperadamente e perder benfeitorias e plantio. Também, podiam ser convocados para realizarem trabalhos não-remunerados pelo dono da terra. Quando os lavradores não eram agregados, constituíam-se numa força de trabalho disponível, conforme as necessidades dos proprietários. Pelo fato de serem trabalhadores eventuais de épocas de plantio ou colheitas, eram ínfimas as condições de pagamento. Isso fazia desta categoria uma população sofrida, subnutrida, mendicante e errante pelas Paróquias à procura de comida. (Monteiro, 1981: 19).

Com o fim do tráfico de escravos (1850) e dificuldades de se obter mão de obra, os grandes proprietários tiveram dificuldades em atrair trabalhadores rurais. Devido, sobretudo às condições desumanas que impunham. Com efeito, os fazendeiros passaram a exigir das autoridades medidas, tendentes a obrigar os livres ao trabalho. Em atenção ao Arcebispo da Bahia, Marques de Santa Cruz publica uma pastoral em que condena a ociosidade e obriga os pobres à procura de trabalho. (1860). Ao acentuar-se a carência de operários, os delegados foram alertados para porem em prática a aplicação do Código de Processo Criminal e do artigo 111 do Regulamento / 1842, em que se proíbe a vadiagem. Estes instrumentos constituíram-se em verdadeiras leis contra a pobreza, a mendicância e a ociosidade. Aos desocupados eram dados trinta dias para arranjar trabalho. Findo o prazo, estes estavam sujeitos a pagar uma multa de até trinta réis; ou sofrer prisão carcerária de um mês; ou mesmo, ser obrigados a trabalhar por três meses em oficinas públicas. Os homens livres pobres viviam praticamente à margem da lei, sem seu amparo legal. Pois, nos domínios dos proprietários Coronéis eles eram a lei. Os julgamentos e decisões dos Juizes, as resoluções das Câmaras Municipais e as ações da Polícia tudo se colocava sob o seu arbítrio. Com efeito, não havia recurso diante de seu autoritarismo a não ser abandonar a terra, ou capitular, transformando-se em bandoleiros. (Monteiro, 1981: 21).

Entretanto, os lavradores pobres só se revoltavam quando a situação se tornava aflitiva, ou quando insuflados por facções da elite dominante. Dessa forma, partiam para a luta armada contra seus opressores, ou aqueles a quem assim consideravam. Quando derrotados, engrossavam as fileiras dos bandidos e os bandos afluíam do interior, quando as rebeliões explodiam no Agreste e na Zona da Mata.

Em face dos levantes desses desprovidos de importância social e política, as elites se retraíam e se conciliavam. Quando se desentendiam internamente, ou com o aparelho de Estado, sua revolta pregada não era revolução. Mas, uma forma de

levantar a massa pobre para atingir objetivos que lhes interessavam. No entanto, essa classe dominante não podia perder o controle da situação. Quando isso era provável, suas facções logo se reconciliavam. Essa conciliação seria sempre feita em prejuízo do povo. Na verdade, ao sentirem a gravidade do problema ou ameaça ao seu poder os membros da classe dominante, que haviam insuflado o conflito popular, preferiam esquecer as discordâncias e apoiar a repressão do Governo Imperial. (Monteiro, 1981: 23).

### 3. A Crise Socioeconômica do Final do Império

No Nordeste, as últimas décadas do século XIX foram assinaladas pelo incremento do banditismo rural, do fanatismo religioso e do desinteresse dos grandes proprietários pela Monarquia. A violência se consolidou como forma de relação natural entre a população, refletindo a acentuada deterioração das condições sociais. Esta região fora colonizada e explorada em função das necessidades da expansão comercial europeia. A escravidão africana fora a solução para tornarem viáveis os investimentos e complementar a economia lusitana. Estava em jogo apenas a rentabilidade econômica.

Deste modo, no final do século XVI, a Zona da Mata nordestina ocupava o primeiro lugar na produção mundial de açúcar. Mas, a produção dessa riqueza que enriquecia os comerciantes europeus organizava-se em base instável. Isto seria responsável pela crise da região, desde o final do século XVIII a todo o século XIX. Na própria gênese da economia nordestina estaria a limitação fundamental, de ter nascido como complemento de uma economia externa. (Monteiro, 1981: 24)

Disto decorreriam muitos problemas. Dentre estes estava o fato do plantador não ter controle sobre o preço e venda de seus produtos, apesar de assumir as despesas e os riscos do seu plantio e colheita. Ficava a sabor das flutuações dos preços. Estes muitas vezes não cobriam os custos de produção, originando o endividamento e falência. Por sua vez, a concorrência da produção das Antilhas com o Brasil e sua proximidade com a Europa contribuíam para que a região perdesse grande parte de seu comércio exterior. Sem a possibilidade de decidirem o preço de seus produtos no mercado interno, os colonos produtores ainda eram obrigados a adquirir manufaturas européias, implementos agrícolas e objetos de consumo pessoal por preços sempre elevados.

A utilização do trabalho escravo só seria rentável, se o preço do produto fosse alto. Investia-se na sua compra e na reprodução de sua força de trabalho. Quer produzisse ou não, a despesa com o escravo era constante. A precariedade de seus

instrumentos redundava no baixo aproveitamento do trabalho. Para compensar os investimentos, exigia-se abusivamente de sua força de trabalho, ocasionando-lhe a pouca vida útil, necessitando-se continuamente de sua reposição.

Organizada em economia agroexportadora, a região tendia à monocultura, em detrimento da produção de alimentos. Em conseqüência, necessitava-se de sua importação de outras regiões e mesmo do exterior. Isto deixava as cidades sob ameaça de escassez e carestia dos preços. Tendo em vista que se produzia principalmente para exportação, o fazendeiro não tinha porque pagar com salários a eventuais trabalhadores livres, uma vez que não era dentre estes que estavam seus principais consumidores. Desse modo, cobrava-se trabalho excessivo e em troca de recompensas aviltantes. (Monteiro, 1981: 24-27).

No Nordeste a partir do final do século XVIII, se encontravam todos esses problemas que se agravaram no transcurso do século XIX. Os produtos da região perderam cada vez mais espaços nos mercados. Houve queda real dos preços dos artigos de exportação e o esgotamento do solo, reduzindo-se a produção. A queda dos lucros impedira a introdução de novas tecnologias. Caíra o rendimento do setor agroexportador e uma massa progressivamente crescente de trabalhadores livres entrara em situação de miséria. Houve um declínio da renda per capita na região, um crescimento da população e uma estagnação da renda no setor exportador, que levariam ao empobrecimento dos assalariados, arrendatários e meeiros. Por outro lado, o fenômeno se traduziria em concentração de renda nas mãos de grandes proprietários. Esta concentração de renda trouxera a proletarianização de amplas camadas sociais. (Monteiro, 1981:28-29)

Paralelamente à concentração da renda, houve uma ampliação das terras da agroexportação, em prejuízo das destinadas à produção alimentar. Aumentara a violência entre os moradores ou agregados, que foram expropriados de suas roças. Crescera o número de desocupados despossuídos. Aos poucos se eliminava a produção alimentar na maioria das roças dos agregados, obrigando a que todos entrassem no mercado de trabalho assalariado. A pobreza e a ociosidade de grande parte da força de trabalho disponível se somaram à escassez e à alta de preços da alimentação básica. Em conseqüência, surgiram violentas insurreições urbanas, com depredação e incêndio dos estabelecimentos comerciais. As principais dessas insurreições serão objeto de considerações a seguir. (Monteiro, 1981: 29).

## II – Conflitos Sociais no Império

### 1. A Revolução Praieira (1848/50) (PE)

No Nordeste, a Província de Pernambuco se destacou pela forte economia açucareira e pela longa tradição de revoltas políticas. Entre elas, a Revolução Praieira fora uma insurreição de caráter liberal. Seus líderes pertenciam à facção mais radical dos liberais. Como seu ponto mais freqüente de reunião era a sede do Diário Novo, na Rua da Praia em Recife, o grupo passou a ser chamado de “Partido da Praia”. Disso, adveio o próprio nome da Revolução. Nesta cidade, o domínio português sobre o comércio local era uma das fontes do descontentamento popular. Era para muitos a causa do alto custo de vida e desemprego urbano. Os pernambucanos exigiam a nacionalização do comércio. Também a crise da economia açucareira vigente era motivo da insatisfação e criava um clima de críticas generalizadas à política imperial (Figueira, 2003: 271).

Desde 1844/48 os liberais estiveram no Governo Provincial. Em 1848, os conservadores subiram ao poder no Rio de Janeiro, formando um novo Gabinete. Em Pernambuco, seria nomeado o conservador Herculano Ferreira Pena. O Partido Liberal da Praia pegou em armas para destitui-lo. O movimento propagou-se pela área açucareira da Zona da Mata. Ali o líder popular Pedro Ivo mobilizou boiadeiros, pequenos arrendatários, escravos libertos, caboclos, índios e soldados. Com esse grupo, passou a fustigar as forças oficiais. Ocuparam parte de Recife, embora não conseguissem depor o governo conservador. (Figueira, 2003: 271)

Os revolucionários praiheiros lançaram seu “Manifesto ao Mundo” (1849) para divulgar suas idéias. Nele reivindicavam: sufrágio universal, nacionalização do comércio varejista, autonomia provincial, liberdade de imprensa e extinção do Partido Moderador. Não propunham propriamente a República e silenciaram sobre a questão do escravo. O Governo Imperial conseguiu extinguir a revolta (1850), com forças regulares apoiadas pela Guarda Nacional. Com um ano e meses de combate por todo Pernambuco, Pedro Ivo e outros foram presos e a paz teria voltado a nível local. (Figueira, 2003: 241).

### 2. A Insurreição do “Ronco da Abelha” (1851/52) (PB, PE, CE, AL e SE)

Com o fim da Revolta Praieira (1848/50), grupos remanescentes continuaram a agir no interior do Nordeste. O revoltoso Pedro Ivo organizou nas matas de

Pernambuco um grupo de resistência. A existência desses pontos rebeldes constituía-se em ameaça à tranquilidade da região. Estes não apenas estimulava o surgimento de outros focos semelhantes, como seriam elementos para atrair novos revoltosos. Pedro Ivo seria “o predestinado” a iniciar a nova “Idade de Ouro”. Em proporção ao auxílio de populares a Pedro Ivo, o Governo imperial aumentava suas forças para persegui-lo. (Monteiro, 1981: 35)

Em contraposição, em diferentes pontos da região grupos rebeldes se formavam e agiam isolados. Esses grupos eram “focos sediciosos” em demonstrações de patriotismo, segundo a oposição. Oficialmente, eram considerados como grupos de manobras para “cansar o Governo,” dissipar suas forças e manter vivo o espírito revolucionário. A prisão de Pedro Ivo não eliminara os guerrilheiros. Enquanto o interior do Nordeste se convulsionava, o Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz estava preocupado com os políticos da oposição. Acusava-os de exigirem “reformas institucionais radicais” por “métodos revolucionários.” (Monteiro, 1981:35-36)

O fim da Revolução Praieira não teria significado o esquecimento daqueles ideais. Ao mesmo tempo em que os revoltosos isolados contestavam o governo conservador pelo interior, a oposição cuidava de manter vivos os ideários liberais e praieiros. Havia duas facções: a moderada pedia convocação de uma Constituinte; a outra mais radical organizava grupos, apelando para a agitação e “assustando” o povo, no dizer daquele Ministro. Desse modo, as Províncias de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Alagoas e Sergipe foram atingidas por movimentos armados de oposição aos Decretos que instituíam o Censo Geral do Império e o Registro Civil de Nascimentos e Óbitos (1851/52).

Na Paraíba foram envolvidas as Vilas de Ingá, Campina Grande, Alagoa Nova e Alagoa Grande. Em todo canto os fatos foram os mesmos. Constituíam-se de ataques às Vilas e engenhos, fuga das autoridades e grandes proprietários, ameaças e reuniões “conspiratórias,” feitas por sublevados. Estes (“abelhas”) dentro dos engenhos incitavam os moradores a tomarem das armas para não verem “feitos cativos” os filhos. Os revoltosos reagiam contra os Decretos, em cuja pregação setores da oposição o supunham como sendo “a Declaração da Servidão”. Espalhara-se a notícia de que tais Decretos visavam “escravizar” os recém-nascidos e os registrados por ocasião do batismo. Dizia-se que aquela lei seria parte de um plano oficial para reduzir os livres e os de cor à escravidão. (Monteiro, 1981: 36-37).

O momento seria propício para a exploração política dos Decretos Imperiais, apresentados como medidas conservadoras por parte do governo Monárquico. À época, impunha-se o fim do Tráfico de Escravos (1850). Os grandes proprietários

reclamavam da “falta de braços” para o trabalho. Ao mesmo tempo, se queixavam da “preguiça” e “resistência” ao trabalho. Assim passou-se a exigir, de um lado maiores quotas de trabalho dos agregados; do outro a criação de “leis repressoras de vadiagem.” Qualquer argumentação serviria para levantar em sedição a população amedrontada. Os de cor e morenos viram-se diante dos decretos como alvo da voracidade do senhor de engenho e tenderam a reagir com violência. (Monteiro, 1981: 37-38).

Era o povo mais pobre, principalmente os agregados e diaristas que formavam a maioria da população revoltada. Tornava-se claro que as autoridades do Estado Monárquico buscavam descaracterizar o movimento associando-o às elites locais. Desejava-se impedir que este caminhasse para uma incontável revolta. As autoridades sabiam do descontentamento que grassava no Segundo Império, principalmente na ala mais radical do Partido Liberal, “deposto” na Revolta Praieira (1848).

Na verdade à primeira vista, a Insurreição do “Ronco da Abelha” do Nordeste (1851/52) caracterizava-se por ser um movimento da população rural mais pobre, contra os senhores de engenho e as autoridades das Vilas e Cidades. Contudo, “as abelhas” não se sublevariam sem que não houvesse uma visão da conjuntura, dada por políticos interessados na revoada desses enxames. Desse modo, nesta revolta deveria haver a participação de outros grupos sociais, talvez de remanescentes do Partido da Praia. Além destes, o Movimento contaria com a participação dos Párocos e facções “anarquistas” embora de forma velada, evitando-se o confronto com o Governo Monárquico. (Monteiro, 1981: 39-42)

Na repressão desta Revolta, fora enviado do Recife o IV Batalhão de Artilharia para juntar-se ao IX, já na Vila de Pau D’Alho / PE, principal lugar da sedição. Também a Guarda Nacional fora convocada, logo havendo pacificação. Os guerrilheiros à medida que iam se reintegrando às suas atividades econômicas preferiam refugiar-se no interior do Sertão e viravam bandidos. Por fim, o Governo suspendeu a execução dos Decretos (1852).

### 3. A Revolta do “Quebra-Quilos”(1874/75) (PB, PE, RN e AL)

Nesse período do Segundo Império, as Províncias da Paraíba, Pernambuco, Rio grande do Norte e de Alagoas foram atacadas por uma nova rebelião. Esta preocupou os representantes das principais Comarcas da Zona da Mata, Agreste (e Cariri) da Paraíba. Também, foi o caso de Pernambuco e várias localidades de Alagoas e Rio Grande do Norte. De forma geral os fatos ocorreram da mesma maneira,

compelidos pela Cobrança de Impostos, que motivou protestos. Desse modo partiu-se para a violência, com o povo descontente quebrando os pesos e medidas do novo Sistema Métrico Decimal, implantado pelo Governo do Imperador Dom Pedro II. (1840/1889). Afora isso, os revoltosos destruíram os Arquivos das Comarcas Municipais, Coletorias e Cartórios Cíveis e Criminais, além de papéis dos Correios. Costumavam surpreender cidades e vilas com bandos de 60 a 600 indivíduos armados para destruir além de Pesos, Documentos, geralmente Hipotecas. Partiam com ameaças de voltar. (Monteiro, 1981: 45-46).

A Revolta do Quebra-Quilos (1874/75) tivera início na Vila de Fagundes, da Comarca de Ingá na Paraíba. Os feirantes se insurgiram contra a Cobrança de Impostos do chão das feiras. Em face do grande número de pessoas que protestava, houve êxito dos insurretos. Uma após outra, cidades do interior paraibano sofreram os efeitos da turba. Por sua vez foram atacados Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Os amotinados tinham muitas reclamações a fazer. Questionavam um sem número de problemas, que se acentuavam a cada ano. Alguns dos quais eram comuns a todas as agitações. Com efeito, reagiam contra: os impostos extorsivos e contra o Sistema Métrico e Decimal que mais concorria para a tributação. Opunham-se às dívidas devido ao aumento de taxas cobradas ao mesmo tempo pela Fazenda Provincial e pelo Município; à multiplicação do número destas e, ao abuso em sua cobrança por parte dos arrematantes (tributários). (Monteiro, 1981: 47-48-51)

O ato de quebrar os novos padrões do Sistema Métrico Decimal era idêntico à destruição dos arquivos dos Municípios. Tratava-se de exteriorização de uma revolta contra o Governo Imperial e seus representantes. Contudo, a Revolta do Quebra-Quilos teria sua origem na crise por que passava a economia do Nordeste. O problema dos Impostos apenas servia para acionar esta sedição (1874/75). Acrescenta-se a isto também problemas, como os de ordem religiosa (perseguição católica da Maçonaria) (1872), que não só se aproveitaram da crise econômica como também ajudaram no acirramento dos ânimos.

Com efeito, tivera nos bastidores grandes proprietários de terras, políticos da oposição e o clero. Os grandes proprietários estavam endividados pela difícil situação econômica em que se encontravam. A produção de suas terras (açúcar e algodão) sofria os efeitos da perda do mercado internacional e da queda dos preços. Afora isso, a crise financeira reduzia o crédito. Nesta situação, compreende-se que os grandes proprietários teriam motivos sobrados para se rebelar, ou para ficarem indiferentes à sorte da Monarquia, que não olhava por eles. (Monteiro, 1981:52-54 e Figueira, 2003:280-281)

Quanto aos proletários, teriam sido eles que formaram a massa dos descontentes que invadira as vilas, destruíra os pesos e medidas e os arquivos. Na categoria desses revoltosos incluíam-se os agregados, proletários e feirantes (mercadores de feira). Em todos os pontos de revolta, a massa dos agitadores se compunha destes feirantes e de grande número de trabalhadores, que se identificava pela “baixa condição” ou de famintos. Entretanto, essas pessoas entendidas como escórias e “ignorantes” eram as mesmas que viviam em condições precárias, mesmos em épocas normais e em situações de riscos em épocas de crise, como aquela. (1874/75).

#### **4. A Revolta do Recrutamento Militar (“A Guerra das Mulheres”) (1875/76) (PB, CE, RN, Al e BA)**

Nesta Revolta do Recrutamento não apenas participaram mulheres. Também ali os homens se achavam. Esta revolta decorreria da aplicação da Lei do Recrutamento Militar (Lei nº 2556 / 1870), que alterou o recrutamento de soldados para o Exército e a Armada no Império. A população pobre era a que mais sentia os efeitos desse recrutamento. Pois, este permitia que os recrutados pudessem ser substituídos ou dispensados, mediante pagamento. Esta forma de recrutamento permitia muitos abusos e transformou-se em “arma” de perseguição política. Pois, afastava da região pessoas “indesejáveis” aos grandes proprietários, já que tinham influência na indicação dos recrutadores. Acaso alguém resistisse ficaria sujeito à severa disciplina militar, que incluía castigos físicos. (Monteiro, 1981:73)

Anteriormente, para evitar os abusos do Recrutamento constante, criou-se o Decreto nº 1089/1852. Através deste se estabeleciam cotas anuais para a Província. Mas no caso de sorteio, podia-se isentar mediante pagamento. Com efeito, essa prática virou negócio, os abusos e ilegalidades continuaram e os conflitos se sucediam. Após a Guerra do Paraguai (1865/70), aprovou-se a nova Lei de recrutamento Militar (nº2556/1870), obrigatório para todos. Nesta se institui juntas de Alistamentos para o sorteio. Estas juntas eram formadas pelo Juiz de Paz e o Pároco local.

Entretanto, boatos diziam que todos os homens solteiros ou casados, de 19 a 30 anos, seriam efetivamente recrutados. Outros diziam que aquela era uma nova “lei de escravidão” para os trabalhadores rurais. Como sempre, os políticos radicais dela se serviram para atacar o Gabinete conservador da época, acirrando os ânimos. Os grandes proprietários temeram perder o controle desta “arma legal”. Por sua vez, as mulheres temeram perder seus maridos e filhos. (Monteiro, 1981: 73-74)

Instaladas as Juntas Militares e tendo-se iniciado os trabalhos, grupos de mulheres invadiam as Igrejas, rasgavam os Editais e exemplares da Lei. Destruíam móveis e utensílios e partiam ameaçando voltar. Esses distúrbios ocorreram na Paraíba em Campina grande, Ingá, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia e Pilar. Também, ocorreram no Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. Apesar dessa Revolta, a Lei continuou em vigor. Nos anos finais do Império, esporadicamente ainda havia notícias de reações à sua implantação.

Desse modo, os anos finais do século XIX mostraram um Nordeste descrente das soluções legais do Governo Monárquico. Abandonado e sofrendo, o Nordeste representava o ambiente ideal para a proliferação de bandoleiros, santos e beatos. A elite em sua quase totalidade assimilava e divulgava o problema de forma inversa, a sabor dos próprios interesses. Questões desse contexto social serão consideradas a seguir. (Monteiro, 1981: 74-76)

### III - Fenômenos Messiânicos e de Banditismo Rural na República

No término do século XIX, algumas regiões do Brasil passaram por importante processo de modernização. Com o fim do trabalho escravo, acelerou-se uma incipiente industrialização, sendo reurbanizadas as grandes cidades. No entanto para a maioria da população, a modernização não trouxera melhores condições de vida. Ao contrário, acabou acentuando as injustiças sociais.

Nas cidades, os grupos sociais excluídos da modernização reagiram através de revoltas, como a da Vacina (1904) no Rio de Janeiro ou de agitações e greves operárias. No meio rural, a reação tomou a forma de Movimentos Messiânicos, ou se manifestou por meio de banditismo social. (Figueira, 2003: 307).

Nas zonas rurais brasileiras, a situação de miséria da maioria da população era consequência direta da violência dos chefes políticos locais e da concentração de terras nas mãos de um pequeno grupo de proprietários. Assim dois terços das terras cultivadas no Brasil (1920) estavam nas mãos de apenas 5% dos proprietários rurais. A população rural normalmente não dispunha de escolas, nem de hospitais e enfrentava o sério problema da escassez de lavouras de subsistência. O poder público, como era conhecido na época, só procurava o homem do campo no momento de cobrar impostos. (Figueira, 2003: 308).

No Nordeste, as secas periódicas agravavam ainda mais a situação. Uma única delas chegara a devastar cerca de trezentas mil pessoas (1877/79). Completamente desassistidos pelo Governo Republicano, os lavradores do Nordeste buscaram refúgio em movimentos sociais, seguindo “conselhos” (profecias) de “beatos” e “milagreiros.”

Na literatura especializada, tal religiosidade é designada de “Messianismo.” Este seria um fenômeno social já conhecido, típico de zonas submetidas à extrema miséria. Seria alimentado pela crença em um provável retorno da Divindade (o Messias), profetizado para os tempos difíceis em algumas religiões. A fora o Messianismo, grupos de indivíduos formavam pequenos bandos de desordeiros (Banditismo) armados, que adentravam o interior assaltando as fazendas. (Figueira, 2003: 308).

#### 1. O Conflito Social de Canudos (1896/97) (BA)

Um dos primeiros e mais importantes movimentos messiânicos a surgir no Brasil fora o de Antonio Vicente Mendes Maciel (Antonio Conselheiro), que mobilizou milhares de pessoas em Canudos na Bahia. Natural do Ceará (1830), com formação incompleta no sacerdócio, Antonio Conselheiro emigrou para a Bahia (1874). Ali passou a atrair seguidores com pregações e obras de caridade.

Com o fim da Monarquia (1889), começou a atacar a República em seus sermões. O novo regime trouxera a separação entre a Igreja e o Estado, tornando-o laico. Este teria assumido os Registros de Nascimentos, casamentos e Óbitos. Para reagir contra as perseguições políticas, Antonio Conselheiro se opunha às novas medidas. Teve seu primeiro confronto com as autoridades ao queimar os Editais de cobrança de impostos na Cidade de Bom Conselho (BA) (1893). Então fugiu com seus seguidores para uma fazenda abandonada em Canudos. Ali fundou o Arraial de Belo Monte, que logo contaria com 16 mil habitantes. (Figueira, 2003: 308).

Enfim, nesta comunidade alternativa os sertanejos encontrariam solidariedade, conforto espiritual, abrigo e trabalho. Esta era controlada por normas rígidas. No local eram proibidas a entrada de ladrões, prostitutas e bebidas alcoólicas. Uma guarda armada mantinha a ordem e um administrador cuidava do patrimônio.

As atividades religiosas eram constantes e mobilizavam toda a população. Este Arraial vivia da agropecuária caprina e ovina. O comércio de couro gerava os recursos necessários para abastecer a comunidade com compras nos Municípios

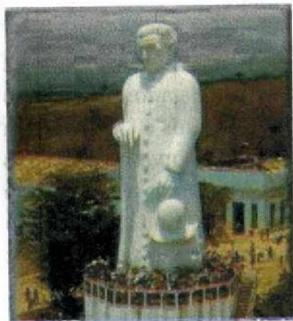
vizinhos. Em comunidade, os moradores se livravam do mandonismo dos Coronéis, da servidão das fazendas, da miséria sem amparo e do menosprezo da Igreja. (Figueira, 2003: 308).

Porém, fazendeiros e governantes acreditavam que o Arraial de Belo Monte seria uma ameaça à ordem social. No Rio de Janeiro, militares acusavam o beato de querer destruir a República e restaurar a Monarquia. Para tentar debelar o movimento potencialmente crescente, o Governo da Bahia manda uma tropa de cem policiais a Canudos, que fora prontamente derrotada (1896).

Uma expedição de quinhentos e cinquenta soldados fora enviada pelo Governo Federal que fora desmantelada pelos Moradores de Canudos. Também mil e trezentos homens sofreram derrota semelhante (1897). Por fim um contingente de cinco mil soldados e dezessete canhões destruiu o lugarejo, com a morte de quase todos os habitantes, inclusive o beato Antonio Conselheiro. (Figueira, 2003: 308).

## 2. Movimento Social do Juazeiro do Norte (1914) (CE)

### Estátua de Padre Cícero Romão Batista (“Padim Ciço”)



Em Juazeiro do Norte, no Sertão do Cariri do Ceará, Padre Cícero celebrava uma missa (1889), quando no momento da comunhão uma hóstia se tingira de sangue. Os sertanejos interpretaram o fenômeno como sinal do fim dos tempos e da santidade do Padre.

Desde então, Juazeiro se tornaria o centro de peregrinação do Sertão nordestino. Para ali acorriam os pobres do meio rural, em busca de conforto para a miséria em que viviam. Pela dimensão que assumira o acontecimento, o Padre Cícero acabou sendo suspenso de ordens pela Igreja, por decisão do Vaticano. (Figueira, 2003: 309).

O fenômeno do Juazeiro teria suas origens no mesmo quadro de miséria e abandono da população rural, que havia provocado a rebelião de Canudos. Contudo, as formas de manifestação seriam diferentes. Em Canudos Antonio Conselheiro e seus fiéis chegaram ao confronto armado com as forças do Governo Federal. Entretanto, em Juazeiro-CE a insatisfação dos sertanejos teria sido manipulada e utilizada para servir aos interesses dos Coronéis locais.

Desse modo, a ação do Padre Cícero não seria de contestação à dominação dos coronéis. Mas, apesar dos sertanejos o terem como uma espécie de protetor, este sempre atuara no sentido de garantir a estabilidade do poder oligárquico da região. (Figueira, 2003: 310)

## 3. O Banditismo Rural no Nordeste

Para Monteiro (1981), o banditismo rural seria uma das soluções encontradas pela massa livre pobre de lavradores, submissos à lei dos Coronéis e em condições sub-humanas. A ausência de uma consciência política levava esses desocupados a reagir instintivamente, tornando-se bandoleiros (cangaceiros).

Desse modo, optar pelo banditismo significava uma solução extrema, diante da penúria e, de certo modo, uma “forma de liberdade” em termos pessoais. No entanto mesmo cometendo crimes, esses homens eram tidos por “heróis” e vistos com simpatia pela população, da qual teriam ajuda. Sua audácia e independência ante o Coronel os configuravam em “exemplos vivos” de “solução possível”. (Monteiro, 1981: 21)

Numa outra posição, Figueira (2003) conceberia o banditismo rural como sendo originário das antigas milícias coronelísticas. No interior do Nordeste, cada Fazendeiro dispunha de suas próprias milícias armadas. Estas eram compostas de bandoleiros (jagunços) sempre prontos a impor na região as “leis” ditadas pelo Coronel. Além das milícias particulares, havia as forças da Guarda Nacional (1831/1922), às vezes acionadas a serviço do poder privado dos chefes políticos locais. Nesse sentido tais conceitos se complementariam, já que o bandoleiro se configura como um produto do contexto coronelístico, objeto de suas maquinações.

Desse modo no final do Império, alguns grupos armados teriam passado a atuar por conta própria, praticando toda sorte de arbitrariedades. Constituíram os “cangaceiros”. O mais famoso deles teria sido Jesuíno Brilhante, morto pela Polícia (1879). Este ficara conhecido como “defensor dos fracos e oprimidos.”

Mais tarde, surgiram outros, que mantiveram a mesma fama. Entre eles, tornaram-se mais conhecidos, Antonio Silvino que teria se tornado cangaceiro (1897) para “vingar a morte do pai”, fazendeiro de Pernambuco. Outro fora Virgolino Ferreira da Silva (o Lampião). Este teria atemorizado o interior do Nordeste, sendo seu bando por fim exterminado pela Polícia em Sergipe (1920/38).

Com efeito, apesar da dominação coronelista, os bandoleiros não seriam defensores dos despossuídos do campo, contra a opressão dos grandes proprietários.

Mas diferentemente, seriam criminosos que se mantiveram por meio de assaltos a fazendas e vilarejos. Embora, muitos tivessem ligações com Coronéis, de quem recebiam abrigo e proteção (Figueira, 2003: 310).

#### IV – O Fenômeno do Coronelismo



O Coronelismo pode ser visto como uma forma específica de poder público, que florescera na Primeira República (1889/1930). Porém, suas raízes remontariam ao Império. Já então, os Municípios eram feudos políticos. Estes se transmitiam por herança, que não se configurava legalmente. Mas que existia de modo informal.

Após a Proclamação da República, os republicanos históricos se surpreenderam com a persistência desse sistema, que se acreditava ter sido banido pelo novo processo eleitoral de 1891. Neste, fora assegurado constitucionalmente o direito de voto a todos os brasileiros alfabetizados. Assim, pareciam extintos os “vícios e empecilhos” políticos e econômicos do processo. Com isto, amplo eleitorado poderia teoricamente exprimir de modo livre sua escolha, através da instituição do voto. (Figueira, 2003: 299 e Janotti, 1989).

Todavia, verifica-se que a extensão do voto, a todo cidadão alfabetizado, não fez mais que aumentar o número de votantes rurais e urbanos. O contingente de eleitores continuara obedecendo aos chefes mandões locais. A base da antiga estrutura eleitoral teria se alargado. Porém, os mandões do Poder local e regional se conservavam os mesmos. Continuaram elegendo para as Câmaras Municipais, para as Presidências dos Estados e para o Senado seus parentes, aliados, apadrinhados e protegidos. Isto ainda aconteceria por se ter criado uma República “viciada”, “corrupta”. Sem uma necessária ruptura com a velha ordem política. (Figueira, 2003: 299).

Portanto, o Coronelismo seria o poder de mando exercido pelos grandes proprietários locais sobre o eleitorado, com o objetivo de se elegerem certos candidatos indicados. Estes seriam sempre pessoas de “reconhecida autoridade” e “prestígio” com “potenciais possibilidades” de “atender” seus dependentes.

Na República, esse poder de mando teria crescido em consonância com a força eleitoral que os grandes chefes políticos locais tiveram, do período do Presidente Campos Sales (1898/1902) até a Revolução de 1930. Logo após esse tempo, o

Coronelismo entrou em franca decadência, restringindo-se apenas às áreas de economia pouco expressivas. Naquele período, viera a ampliar-se o seu papel, dentro da nova estrutura político-econômica. Entretanto, com o desenvolvimento da urbanização e da industrialização o mandonismo coronelístico teria declinado, mas sem jamais ter desaparecido. (Janotti, 1989: 7-8).

O típico chefe político do passado era o chamado “Coronel.” Este seria um fazendeiro bonachão com fama de valente, obedecido sem restrição. Suas Fazendas possuíam poucas condições de conforto, cercando-se de algumas raras inovações da tecnologia. Entre o Coronel e sua gente estabeleciam-se ligações “paternalísticas” e “patronais”. Seu contexto assemelhava-se a de qualquer outro fazendeiro. (Janotti, 1989: 65).

Historicamente à medida que se desenvolviam as funções urbanas do Município, sua importância econômica e, conseqüentemente eleitoral, teria crescido. Porém, o poder coronelístico passara a ser exercido por bacharéis que não tinham necessariamente a posse da terra. Embora alguns afirmem, não ter havido uma substituição do Coronel pelos profissionais formados.

O que teria ocorrido teria sido uma nova “composição de forças.” Os profissionais liberais, supostos substitutos, em geral faziam parte da parentela do Coronel. Por serem profissionais e, sempre bem informados, modernizaram a figura do coronel e dela necessitavam. Pois, os votos lhes advinham dos “mútuos compromissos”.

Esses bacharéis exerciam sua autoridade apoiados pelos antigos donos da situação. Só se rebelavam quando velhos compromissos, entervando acordos políticos, afetavam novos interesses econômicos. Ao surgirem políticos na área de suas raízes familiares, para obterem êxito e prestígio cooptavam, trazendo para as suas fileiras o grupo da oposição, além de representar-lhes os interesses. Após os anos de 1930, houve mudanças no contexto coronelístico. Mas, não a ponto de desencorajar a ocorrência do fenômeno. (Janotti, 1989:65).

Neste quadro do Império e da Velha República que se acabou de configurar teriam vivido as estirpes Costa Ramos, já objeto de abordagens iniciais.

Alguns dos condicionamentos desse contexto sobre a vida socioeconômica e política dessas famílias serão elementos de análise das referências finais deste trabalho.

Nos capítulos a seguir, serão feitas alusões a certos aspectos do Canto e Culinária de antepassados destas famílias, enquanto embasamento de uma concepção das possíveis origens destas instituições do antigo Cariri paraibano.

## Terceira Parte – O Canto Trovadoresco na Colonização do Cariri Paraibano

### Dr. Genuíno e Clementino Correia Lima e as Cantigas Portuguesas



Dr. Genuíno Correia Lima (1829 / 1885) é o patriarca da Família Ramos Correia Lima da Fazenda Cauassú (1836) da antiga Vila Real de São João do Cariri. Casado com Firmiana da Costa Ramos (1855). Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife (1857). Juiz Municipal e de Órfãos da Vila Real de São João do Cariri / Vila de Cabaceiras - PB (1858 e 1864). Juiz de Direito da Comarca de Cuité / Soledade - PB (em torno 1872). Juiz de Direito da Comarca da Vila de Boa Vista-PE (primórdios 1880).

Exímio violonista, em Festas de São João do Cariri ou nas horas vagas em sua fazenda, costumava tocar as velhas “cantigas” portuguesas, as “trovas” conhecidas na época (cerca 1855 / 85). A presença desse gênero de música no Cariri Ocidental Paraibano talvez se explique, enquanto resquício folclórico da antiga cultura ibérica, trazida para as fazendas do antigo Cariri paraibano pelos colonizadores lusitanos.

Como já referido em Brito & Lima (2009), a colonização dessas terras que faziam parte do chamado “Cariri de Fora” teria começado com a instalação da Missão jesuítica francesa da “Aldeia de Nossa Senhora dos Milagres dos Caryris.” Mas, teria sido realizada principalmente com implantação de fazendas de portugueses. (Leal, 1972: 17-19 e Brito & Lima, 2009: 11, 17-26).

No contexto medieval (1189 / 1434), o gênero de música “cantiga” exaltava o amor sublime e satirizava a pequenez dos costumes e interesses de religiosos e pessoas das cortes e feiras, das nascentes cidades européias. Esse gênero musical teria surgido na Provença francesa (1100 / 1210). Estaria de certo modo associado à Ordem Inicial da Milícia (dos Cavaleiros) do Templo de Salomão (Templários) (1118 / 1312). Dali, a Ordem e aquele gênero musical teriam desaparecido por injunções da Igreja Católica. Entretanto, o Trovadorismo teria se expandido na Ibéria (Portugal

e Espanha antigos) (1230). Ali a Ordem Templária teria sido protegida e encoberta sob a nova “Ordem da Milícia (dos Cavaleiros) de Cristo” que a substituiu, por intercessão do último rei poeta-trovador D. Dinis (1279/1325). (Telmo, 1977: 14, 35, 42, 56-59, 67-76; Fernandes, 1975:1237 e Arruda, 1999: 87, 252-255, 303-304).

Assim posteriormente de Lisboa, suas insígnias (as Cruzes vermelhas Templárias) partiriam, simbolicamente desenhadas nas velas brancas das Caravelas dos Descobrimentos. Enquanto resquícios, o Canto dos “trovadores” teria passado às Colônias, através da Expansão marítima portuguesa. Pelos indícios de versificação da lírica medieval, na forma de “estrutura paralelística” (rima de versos dois a dois) e da “redondilha velha” (presença de cinco a sete sílabas poéticas por verso), a influência dessas antigas “cantigas” parece ter chegado às fazendas e núcleos urbanos do antigo Cariri paraibano, por ocasião da colonização. Deste modo, a influência trovadoresca ainda se refletira em algumas músicas da fase do Império, tocadas pelo jurista violonista Dr. Genuíno Correia Lima, ou dançadas à moda lusitana em pátios de fazendas locais, como à frente se fará referência. (Faraco e Moura, 2002: 53-59 e Infante, 2002: 32-41, 78-86 e Telmo, 1977).

O Dr. Genuíno falecera em viagem de trabalho em Boa Vista-PE (1885). Porém, seu filho Clementino Correia Lima (1867 / 1952) fazendeiro, violonista e companheiro de canto continuou a cantar aquele mesmo estilo de época entre seus familiares, em saraus de noites de lua na varanda de sua casa na fazenda Água Doce. Porém, ainda agora (cerca 1915/34) o fazia em sua póstuma homenagem, conforme testemunhavam certos parentes. (Fonte: a Tradição oral rural da família Ramos Correia Lima).

Por sua vez, essas músicas foram passadas por sua filha Josefa Ramos Borba no acaento de sua prole. Dentre esta, alguns tencionam que ao menos a pequena parte delas rememorada possa ser conhecida pelos atuais descendentes.

## I - O Antigo Gênero Poético-Musical do Trovadorismo

Como inicialmente referido, o Trovadorismo fora um estilo literário-musical de época, nascido no sul da França (Provença) do século XI a XII. Ali se teria começado a fazer um tipo de poesia para ser cantada, com acompanhamento de instrumentos. Esta composição fora chamada “poesia lírica,” por nela ser inicialmente utilizada lira, um instrumento de sete cordas criado na Grécia antiga. Afora a lira, era tocada principalmente com viola, harpa, ou com alaúde, um violão com pá do cravelhame (onde são presas as cordas) enclinada. Por ser uma poesia para ser cantada, foi designada de “cantiga.” As “cantigas” consistiam em formas antigas de versificação destinada ao canto. (Faraco & Moura, 2002: 54-55 e Infante, 2002: 23, 78-79)

As “cantigas” também foram chamadas de “trovas.” Com efeito, os seus autores que eram os poetas líricos medievais foram chamados “trovadores.” Para o dicionarista Fernandes (1775), as “trovas” ou “cantigas” seriam composições “poéticas,” “ligeiras” e de “caráter popular.” Quando composta por estrofes de quatro versos constituiria a “quadra”. Enquanto composição musical popular, a quadra teria derivado a “quadrilha”. Para este autor, esta seria a “música e a dança de salão em que tomariam parte várias turmas de pares.” A propósito, talvez esta compreenda o mesmo que se conhece tradicionalmente por este nome, difundido pelo interior do Nordeste colonial brasileiro. (Faraco & Moura, 2002: 54-55; Infante, 2002: 23 e 78-79; Fernandes, 1975: 568, 1055-1056, 1281 e 1319).

Na Idade Média, as “cantigas” trovadorescas refletiam as concepções de mundo dominantes da época. O sistema político, social e econômico daquele momento era conhecido como feudalismo, nome derivado de feudo (a terra). Juntos por comunhão de interesses, a nobreza, o rei e o clero constituíam a classe dominante da sociedade. Essa classe detinha a posse da terra, o maior meio de produção e fonte de poder e riqueza do período. Na base da sociedade estavam os servos sem nenhuma propriedade, dependentes daquela classe dominante para sobreviver. (Faraco & Moura, 2002 e Telmo, 1977)

Época de invasões bárbaras, os servos trabalhavam a terra dos senhores por meação e outras relações de trabalho, em troca de proteção. Viviam sob esse regime de servidão. Por sua vez, a classe dominante era protegida por um corpo subalterno de guerreiros (cavaleiros ou vassalos), que oferecia proteção, em troca da concessão de terras (sesmarias). A esse contrato mútuo de serviços e obrigações dava-se o nome de “vassalagem”. (Faraco & Moura, 2002: 53).

Dentro desse contexto social medieval, as cantigas surgem sob três formas de manifestações de produção poética. Estas constituem as “Cantigas de Amor,” as “Cantigas de Amigo” e as “Cantigas Satíricas.” Como já se mencionou, através desses tipos de canto, os poetas trovadores retratavam o amor sublime, espiritualizado ou super idealizado, figurando seu caráter inatingível enquanto sofreguidão e lamento da própria sina, sorte ou fado (destino). Nesse aspecto, seria importante mencionar o “Fado”, a música nostálgica tradicional portuguesa do século XVIII a XIX, decorrente das “modinhas” ou “cantigas” da época. Afora isso, os poetas trovadores também deploravam a pequenez dos costumes e interesses das cortes, clérigos e pessoas do povo, em suas “Cantigas Satíricas.” (Moura, 2002: 53; Lopes, 1984:109-110; Fernandes, 1987 e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lisboa>).

Além dos trovadores, essas manifestações poéticas dependiam dos “jograis” e “segreis,” duas outras categorias de pessoas a elas associadas. Os trovadores ou nobres compunham sem fins lucrativos. Os “jograis” (bobos ou farsantes) e os “segreis” (segredeiros iniciáticos) seriam profissionais e incluíam poetas, músicos e cantores. Executavam cantigas dos trovadores ou deles próprios, para ganhar a sobrevivência e distrair as cortes e o povo.

Deslocavam-se pelas cortes ou castelos da Península Ibérica e locais de concentração popular (praças e feiras). Entre os séculos XII e XIV, essa atividade teria sido exercida em Portugal e Galiza (Galícia), sua fronteira norte, hoje Espanha. Foram escritas no primitivo idioma dessa região, o galego-português ou português arcaico. Em função disso, essas cantigas vieram também a ser designadas de galego-portuguesas. Afora aqueles locais, essas antigas músicas também eram cantadas em Castela, Leão e Aragão, na antiga Espanha, que se referem a seguir. (Infante, 2002, 81-83 e [www.wikipedia.com.br](http://www.wikipedia.com.br)).

### Terras do Trovadorismo Ibérico Portugal, Galiza, Castela, Leão e Aragão (1230-1325)



(Fonte: Infante, 2002: 81-83 e [www.wikipedia.com.br](http://www.wikipedia.com.br)).

## II - Divisão e Características das Cantigas Galego-Portuguesas

### 1. As Cantigas de Amor

Para Faraco & Moura (2002) e Infante (2002), estas teriam por características o fato de:

a) o eu - lírico (aquele que fala) ser sempre do ponto de vista masculino; a mulher era chamada no galego-português de “dona,” advindo do verbo dominar;

b) as “cantigas” retratariam o amor sublime (humano), espiritualizado, super idealizado, sempre inacessível ao trovador. Isto teria por explicação o motivo deste ser considerado como classe social desigual, ou por ser a pessoa amada já comprometida; ou por qualquer outra razão (até mesmo de iniciação religiosa);

c) a declaração amorosa se basearia nas “convenções da corte”, onde dois princípios básicos eram obedecidos: a) a “vassalagem amorosa” um conjunto de obrigações recíprocas de proteção, semelhante às obrigações vassalo/senhor. e b) a “mesura” (respeito) pela qual o cavaleiro se obrigava a conter os sentimentos e, a nunca revelar o nome da mulher amada, objeto do seu amor;

d) as letras das “cantigas” retratariam o ambiente da corte;

e) seu refrão expressaria o lamento do eu – lírico, repetindo a idéia básica do tema, que com certa variação produziria um efeito de exortação, com que se renegava a própria sorte, sina ou fado. (Faraco & Moura, 2002: 56-57 e Infante, 2002: 82).

Esse gênero da “cantiga” parece ter-se usado em São João do Cariri, na segunda metade do Império (cerca 1855/80). A esse tempo podem ter sido de domínio público, sobretudo as “cantigas” como: “O Cavaleiro Andante,” “O Amargor do Trovador” e “O Viajante sem Norte”. Talvez ali, aquele nosso bisavô materno, o Dr. Genuíno Correia Lima as tenha conhecido e incorporado ao seu repertório musical de lazer. Com isso, as teria perpetuado em sua descendência, conforme a parte recuperada a seguir.

## Cantigas de Amor

### O Cavaleiro Andante

Quem me faz andar assim  
Por essas terras a vagar  
Rende a sua alma a mim  
Prende-me a este lugar  
És tu meu anjo querido  
Partes o meu coração  
**Pois tenho por ti sofrido**  
**Livra-me desta prisão! (bis)**

Por essas terras e lida  
Leva-me a dor a cantar  
Faz minha alma ferida  
Longe de mim teu olhar  
És tu minha alma querida  
Prenda do meu coração  
**Só tenho por ti sofrido**  
**Mate-me esta paixão! (bis)**  
**O Amargor de Trovador**

Não sabeis quanto tem decorrido  
O que oculto em tamanho clamor  
Não direi que irei ver comigo  
Sua a luz benfazeja do amor

Quantos sonhos talvez esquecidos  
Tão mais puros que o aroma da flor  
Escondeis nestes olhos perdidos  
Irmanados de místico amor

Não sabeis quanto tempo sofrido  
Porque trago no peito esta dor  
Pelo amor para sempre perdido  
É que sinto tamanho amargor

UFCG-BIBLIOTECA

### **O Viajante sem Norte**

Para as mágoas esquecer  
Toco e canto pela rua  
Só me parece que o sofrer  
Tão profundo se insinua!

**Morrer!**

**Ai!**

**Quem me dera esse prazer!**

**Voar ao céu para aonde ela vai**

Fico tristonho aqui a chorar por ti  
Como um viajante sem norte  
Desprezado pela sorte  
Sem ideal no porvir

**Morrer!**

**Ai!**

**Quem me dera esse prazer!**

**Voar ao céu para aonde ela vai!**

## **2. Cantigas de Amigo (Danças em Coro e Danças de Roda)**

Na concepção de Faraco & Moura (2002), a Cantiga de Amigo se caracterizaria:

- a) por o eu – lírico (o ser que fala) ser sempre do ponto de vista feminino e, dirigir-se ao amigo (amado), mãe ou a natureza;
- b) nesse amor passível de retribuição não haveria a “vassalagem amorosa” (obrigatoriedade de proteção recíproca);
- c) como o tipo anterior, esta cantiga também poderia se apresentar sob a forma de diálogo, com perguntas na primeira parte e respostas na segunda;
- d) o refrão só teria lógica na primeira parte, embora se repetisse na segunda
- e) seria uma cantiga de inspiração popular, sem os valores da corte;

f) a temática poderia variar desde a lamentação e sofrimento, à alegria do amor correspondido; ou ir do ciúme à revolta pelas falsas promessas;

g) apresentaria estrofes simples, que se caracterizariam pela repetição de versos semelhantes, com alterações nas palavras finais, responsáveis pela formação de rimas. Isso evidenciaria a origem dessas “cantigas,” ligadas ao canto e à dança;

h) as “Cantigas de Amigo” teriam se originado na Península Ibérica, de antigos rituais pagãos de fertilidade e casamento. Como aqueles, as “Cantigas de Amigo” apresentariam sinais de que teriam sido criadas para ser cantadas em coro, enquanto se dançava.

Nesse sentido, seria oportuno lembrar que a dança de “Ciranda,” (termo oriundo do verbo cirandar ou peneirar), poderia ter essa conotação de permitir fazer escolhas, por eleições de parceiros na dança. (Faraco & Moura, 2002: 83 e Fernandes, 1975: 326).

Nas músicas abaixo resgatadas da lembrança do canto familiar, vê-se a presença de algumas das características acima das “Cantigas de Amigo. No passado, “cantigas” desse gênero seriam dançadas ao som de violas, nas velhas fazendas coloniais do antigo Cariri Paraibano.

Dentre estas músicas, podem ser mencionadas as “cantigas”: “O Amor de Mãe,” “O Amor e a Cruz” e certas “Cantigas de Roda,” algumas das quais ainda bem conhecidas na região:

## **Cantigas de Amigo**

### **O Amor de Mãe**

Meu pai não deve chorar  
Quem deve chorar sou eu  
Meu pai acha outra mulher  
Quem fica sem mãe sou eu

**Aí! Minha Mãe! (Refrão)**

**O meu primeiro amor**

**Só comparo amor de mãe**

**Com a imagem do Senhor**

No tempo de minha mãe  
Não faltava um só vintém  
Todos tinham seu quinhão  
Sem ser pesado a ninguém

Se eu tivesse a minha mãe  
Assim como você tem  
Não saía de porta em porta  
Vindo a pedir a ninguém

### **O Amor e a Cruz**

Quando me lembro de nossa separação  
Daquela hora que apertei a tua mão  
Lembro os sonhos da união  
Mas agora folgarei o meu pobre coração

**Adeus amor! Adeus de quem sofreu (Refrão)**  
**A essa terra é difícil eu voltar**  
**Voltarei a esta terra se o amor que já foi meu**  
**Novamente me amar!**

Na incerteza do que seja esse amor  
Tendo outro rumo nesse tempo que passou  
Seu amor só trouxe a Cruz porque só com dissabor  
Foi com que ele rimou!

Não é sem tempo que agora eu devo ir  
Já que é com um ranço que eu vejo teu falar  
Nesse instante de partir cabe ainda decidir  
Como sei! Não vou voltar!

### **A Cirandar**

Cavaleiros peguem a dama  
Venham todos cirandar  
Hão de dar a meia volta  
Volta e meia hão de dar

**Passarás ! Passarás ! (Refrão)**  
**Alguns deles há de ficar**  
**Se não for o da frente**  
**Há de ser o de detrás**

Ciranda ! Cirandinha !  
Rodem todos a cirandar  
Andem a dar a meia volta  
Volta e meia venham a dar.

Nesta roda tem um nome  
Que parece interessar  
Salta a vista o cavalheiro  
De quem a dama há de gostar

### **A Escolha de Mavhé**

Eu sou rica ! Rica ! Rica !  
De Mavé ! Mavé ! Mavé !  
**Eu sou rica ! Rica ! Rica !**  
**Do amor jepê**

Quero uma de vossas filhas  
De Mavé ! Mavé ! Mavé !  
**Quero uma de vossas filhas**  
**Do amor jêpê**

**Escolher a que quiser**  
**De Mavé! Mavé! Mavé!**  
**Escolhei a que quiser**  
**Do amor jepê.**

### 3. Cantigas Satíricas

Conforme Faraco & Moura (2002) e Infante (2002), as Cantigas de Amor e de Amigo estariam ligadas à poesia lírica medieval. Mas, também os poetas trovadores faziam sátira dos padrões vigentes de comportamento da sociedade. Essas críticas no conjunto apresentavam um retrato vivo dos costumes da época. Abordavam mexericos, brigas e denúncias sobre a avareza e o adultério. Desse modo, também os poetas líricos produziram “Cantigas Satíricas”. Estas “cantigas” seriam caracterizadas como:

**a) Cantigas de Maldizer** – em que se faria uma crítica direta e impiedosa, nomeando o criticado. Nesse tipo de crítica, o ataque seria virulento e claro.

**b) Cantigas de Escárnio** – que, por sua vez envolveriam a crítica de forma indireta, com recurso a ironias e dissimulações, para não se nomear o satirizado.

Com estes meios, os poetas líricos afrontavam nobres decadentes, avarentos ou pretensiosos, padres de maus costumes e cortesãs renomadas. Muitos assim abordavam episódios políticos e religiosos escandalosos da sociedade de seu tempo. (Infante, 2002: 86 e Faraco & Moura, 2002: 59).

Ao nível regional, a existência dessas “cantigas” pode também ser mencionada. Estas ainda eram de conhecimento popular em “Danças de Roda” de algumas fazendas do Cariri paraibano, no fim dos anos de 1940/50.

### Cantigas de Maldizer

#### **Cavalgando o Vice-Reino - antiga sátira a Rainha Dona Maria I (1777 / 1816)**

Vinha do Recife para Mossoró  
Encontrei Dona Maria de uma banda só  
**Ai! Dona Maria cai num Maceió!**  
**Ela manda em seu reinado de uma banda só!**

De Dona Francisca não se tenha dó  
Ela esquipa no cavalo de uma banda só  
**Ai! Dona Maria cai num Maceió!**  
**Ela manda em seu reinado de uma banda só**

Mas dona Maria não se manda só  
Ela vai no seu governo sem que tenha dó  
**Ai! Dona Maria cai num Maceió!**  
**Ela manda em seu reinado de uma banda só!**

### Cantigas de Escárnio

#### **Picuinhas da Ribeira**

Lava os pés nessa gamela  
Mesmo sendo da cozinha  
Joga fora a água dela  
Pra depois guardar farinha  
**(Ah!) (hahahá!) (hahahá!) (hahahá!) (Refrão) (bis)**

Tanto porca quanto feia  
Nariguda perna fina  
Ter o cabelo de teia  
Ser assim é sua sina  
Só não vê que seu marido  
Não tem nem eira nem beira  
A fama do seu partido  
Já vai longe na ribeira

Não digo que você não ande  
Gente assim só compra rinha  
Você tem a boca grande  
Vem comer minha farinha

Só se veste de arminho  
Não é princesa nem rica  
Aborrece seu vizinho  
Pra depois fazer futrica

Você disse isso é ótimo  
Não é duque nem é rico  
Tomar a mulher do próximo  
Só pra fazer mexerico.

## O Amor e a Mulher

O amor no peito de uma mulher  
É como a nuvem que vai e vem  
**Passado o tempo ela esquece**  
**E o amor do peito desaparece!**

Como eu previa dessa mulher  
Que sempre ouvia o que eu dissesse  
**Passado o tempo ela esquece**  
**Que só queria o que eu quisesse!**

Eu bem pensava dessa mulher  
Ela aprovava o que eu dissesse  
**Passado o tempo ela esquece**  
**Que não cuidava do que eu fizesse!**

Como se depreende da presente exposição, as músicas abordadas parecem ser reflexos do antigo Trovadorismo ibérico, no que tange à temática, à forma de expressão literária e aos valores morais em que se estruturam.

Quanto à recorrência do “amor impossível,” este por sua corajosa sublimação a Deus parece ter sido o primado da vocação das ordens religiosas medievais católicas e, mesmo, de “heréticas,” historicamente rechaçadas pelo Papado de Roma.

Pela força moral que a Igreja Católica desempenhou tradicionalmente, os valores do “amor sublime” e de outros padrões de sua expressão teriam se institucionalizado, caminhando mundo e tempo afora, juntos aos objetivos das Conquistas coloniais portuguesas.

Talvez por esta razão, as “cantigas” acima se fizessem presentes na colonização da região do Cariri e ali tivessem ainda prevalecido, enquanto costumes musicais da época do Império.

Neste sentido, se imagina serem as influências do Trovadorismo português as prováveis raízes do Canto do antigo Cariri paraibano.

## Quarta Parte – Raízes Gastronômicas Portuguesas da Cozinha do Cariri Paraibano

### I – Os Condicionantes Históricos da Gastronomia Portuguesa

Consoante pesquisas, a proximidade mediterrânica de Portugal, a vasta, navegável e piscosa costa atlântica e a tradicional produção de vinhos e azeite de oliva seriam os principais determinantes da gastronomia lusitana.

Desse modo, a culinária portuguesa fora historicamente condicionada pela chamada “dieta mediterrânica”, a base de pão, vinho e azeite, pela ampla inclusão do pescado e pelo uso das especiarias médio-extremo orientais e tropicais, advindas das viagens comerciais portuguesas terrestres e marítimas. (www.wikipedia.com e www.portugalvirtual.pt e Figueira, 2003: 107).

O padrão da “dieta mediterrânica” se repetiria em todo o território português com o acréscimo de frutos frescos e produtos hortícolas, historicamente introduzidos no país pela conquista e ocupação árabe. (710/1139). (<http://www.wikipedia.com.br> e Arruda, 1999: 211-215).

O alto consumo de peixe devido à privilegiada situação geográfica teria elevado este produto à condição de prato básico da gastronomia portuguesa. Também em função da fácil conservação nas viagens marítimas, o bacalhau teria se incorporado à alimentação portuguesa desde o século XIV. Pela praticidade, outros itens foram incluídos como o camarão, os mariscos e o caranguejo. Ainda outros foram os peixes de água doce, como a lampreia e o salmão da região do rio Minho, a truta da Serra da Estrela e Ilha da Madeira e o sável dos rios Tejo e Douro. (www.portugalvirtual.pt; [www.wikipedia.com.br](http://www.wikipedia.com.br) e [www.tuel.pt/portugal-mapa.jpg](http://www.tuel.pt/portugal-mapa.jpg)). (Ver à frente).

Por sua vez, as viagens comerciais terrestres e marítimas renderam à gastronomia portuguesa o sabor das especiarias. Por intermédio delas, os lusitanos passaram a fazer uso de certos condimentos como: o coentro, alho, cebola, gengibre, cominho, salsa, louro, açafraão, canela, pimenta-do-reino, cravo-da-índia. Talvez por influência moura, no Sul de Portugal passou-se a usar mais as ervas aromáticas, como o coentro, a hortelã e o alecrim. No Norte, incorporaram-se exclusivamente a salsa, o louro, a cebola e o alho. Além das especiarias referidas, os lusitanos incluíram

também em seus cardápios o arroz, laranjas, limões, amoras e os chás. Da África muçulmana obtiveram o café, o açúcar, a alface e o amendoim. Finalmente da América, vieram: o milho, os feijões, o abacaxi, a pimenta vermelha, o tomate e as batatas. (www.portugalvirtual.pt e Figueira, 2003:98).

Portugal também teria por componente básico de sua gastronomia a sua grande variedade de vinhos. Os de alto teor alcoólico e sabor geralmente doce, mas nem sempre, incluíam os conhecidos: Vinho do Porto, da Madeira, de Carcavelos, o Moscatel de Setúbal, os das viniculturas de Borba região do Alentejo no Sul de Portugal, entre outros. (www.wikipedia.com e www.portugalvirtual.pt).

Além do vinho, outro componente imprescindível da gastronomia portuguesa seria o azeite. Este seria principalmente utilizado como condimento nas sopas de legumes e “migas” (feijões com couve e pão-de-milho). O azeite seria utilizado ainda no bacalhau assado com alho; batatas cozidas e diversos pratos como os peixes grelhados, geralmente regados com azeite, vinagre, salsas e cebolas. Na culinária portuguesa grande parte dos pratos começariam a ser preparados a partir do refolgado de cebola e/ou alho dourados no azeite. (www.wikipedia.com.br).

Além de ser conhecido por seu peixe, Portugal também seria um país de carnes. A variedade gastronômica das carnes que apresenta seria ampla. Porco, gado, ovinos e frangos seriam algumas opções dela.

## Mapa Físico de Portugal



Fonte: [http://www.zonu.com/maps/portugal\\_mapas/Mapa\\_Portugal.gif](http://www.zonu.com/maps/portugal_mapas/Mapa_Portugal.gif)

Do porco usariam os “enchidos” (linguiças), os chouriços, as costelas, os presuntos e principalmente o leitão assado. Do gado seriam preparados: bifes, grelhados e fritos. Esses itens gastronômicos seriam preparados com as mais variadas receitas. Contudo, haveria padrões usuais básicos, como o preparo do “bife à Portuguesa,” feito à base de vinho do Porto. Este prato seria servido em todo o país. Também seriam bastante consumidas as carnes “espetadas” (perfuradas), cozidas com vinho e alho. A carne ovina seria feita ora ensopada, ora condimentada com especiarias e depois cozida. ([www.portugalvirtual.pt](http://www.portugalvirtual.pt) e [www.terrabrasileira.net](http://www.terrabrasileira.net)).

Um último item da gastronomia portuguesa a ser considerado seria a doçaria. Bastante variada, incluiria os doces de massas, ovos, mel, frutas secas e de amêndoas. Também se constitui de pudins, mousses de chocolate, caramelos, alfenins e puxa-puxa. Os doces (juntos aos queijos) serviriam para acompanhar a grande variedade de vinhos portugueses. Essa doçaria teria sido criada em grande parte nos conventos e mosteiros no século XVI. O uso abundante de gemas de ovos em muitas dessas especialidades estaria relacionado com o uso das claras de ovos nos conventos. Estas seriam usadas para a confecção de hóstias, para manter as vestes sempre engomadas e para a clarificação dos vinhos. Para não se desperdiçar as gemas, com o açúcar do Novo Mundo, os frades e principalmente as freiras de Portugal teriam aperfeiçoado as receitas ancestrais. (<http://pt.wikipedia.org/wiki>).

Portanto, estes condicionantes históricos moldaram a gastronomia lusitana. Por sua vez, com a Expansão marítima e a política colonial, aqueles requisitos básicos da gastronomia portuguesa teriam condicionado reciprocamente os cardápios dos povos conquistados.

Como é conhecida, a colonização portuguesa processou-se com base numa economia de caráter restritivo e complementar. Nesta, a Metrópole só permitia a produção e consumo de produtos, que atendessem às necessidades de uma balança comercial favorável a Portugal. (Lopez, 1948:74-75).

Deste modo, os nossos hábitos gastronômicos estavam atrelados ao paladar lusitano. Do Reino importaram-se o trigo, o azeite, o sal, o uso de especiarias como: os coentros, o alho, a cebola, o gengibre, o cominho, a canela, a pimenta-do-reino, o açafraão, o cravo-da-índia e a noz-moscada, além do vinho. O seu consumo ficaria perpetuado nos registros de compras da família Costa Romeu e nos costumes da cozinha de antigas famílias como as Costa Ramos e Medeiros Ramos de São João do Cariri, no final do Império. (Medeiros & Medeiros, 1999: 97-98 e a Tradição dos Medeiros Ramos)

Neste sentido, pode-se assinalar o papel da gastronomia portuguesa enquanto origem e condicionante da culinária local, conforme se pode demonstrar nos cardápios de Festas de Maria Joaquina (Mãe Sinhá), que a seguir se abordarão.

## II – Cardápios de Festas de “Mãe Sinhá” em São João do Cariri

Como já referido, Maria Joaquina de Medeiros Ramos (Mãe Sinhá), nossa bisavó era natural da Vila do Brejo de Areia - PB. Esta era filha do Coronel da Guarda Nacional, Luís Vicente de Medeiros e Josefa de Farias Medeiros.

Maria Joaquina de Medeiros Ramos era casada com Dr. Domingos da Costa Ramos (Pai Mingú), nosso bisavó materno. Este era filho do Major Domingos da Costa Ramos, da Fazenda Ponta de Serra da Vila Real de São João do Cariri. (Medeiros & Medeiros, 1989: 278-287 e a Tradição dos Medeiros Ramos).

A família de Maria Joaquina era formada de seis filhos, dos quais se ressaltava neste contexto Luísa de Medeiros Ramos (Luzinha), nossa avó. Esta era casada com Clementino Ramos Correia Lima, da Fazenda Água Doce de Serra Branca - PB.

Diz a tradição familiar que Maria Joaquina teria estudado em Colégio de freiras em Brejo de Areia ou na Capital Cidade da Parayba, onde entre muitas coisas teria aprendido a culinária portuguesa e seu serviço de copa. Nas comemorativas Festas da Vila Real de São João do Cariri do final do Império, Maria Joaquina costumava receber em sua casa a parentela das fazendas vizinhas.

Conforme essa tradição, nestas ocasiões “Mãe Sinhá” oferecia grandes banquetes, em mesa de atalhados branquíssimos, que se manchavam com os Vinhos de mesa portugueses que servia. Conhecia uma gastronomia feita ao estilo lusitano.

Receitas dessa gastronomia, comumente preparadas nas festas locais eram ensinadas tradicionalmente entre as famílias. Algumas destas teriam sido pessoalmente conhecidas pela filha Luísa de Medeiros Ramos e chegado ao conhecimento da neta Josefa Ramos Borba, nossa mãe.

Por intermédio disto, certo número delas ainda pode ser apresentado, como se fará a seguir.

## Elenco de Antigas Receitas Gastronômicas Familiares

**Doce de Ovos** – conhecido por seu sabor singular. A preparação é simples. O segredo estaria no ponto certo da calda que deverá formar um fio, ao se levantar a colher e, na maneira repetitiva de mexer, depois que se acrescentam as gemas.

**Ingredientes:** 30 gemas, ½ kg de açúcar, ½ litro de água, casca de um limão médio, canela em pau e uma pitada de sal.

### **Preparação:**

(a) leve ao fogo a água com o açúcar, a casca de limão, 2 a 3 pedaços de canela e uma pitada de sal. Ferva até obter uma calda espessa. Enquanto isso desmanche as gemas passando-as na peneira e reserve;

(b) diminua o fogo; retire a casca de limão e os pedaços de canela. Despeje na calda as gemas desmanchadas. Usar fogo muito brando, mexendo sempre na mesma direção e continuamente;

(c) tire do fogo, logo que começar a abrir a fervura. Acaso fique embolado, passe numa peneira. Sirva em taças individuais, ou coloque numa compoteira. Se quiser, polvilhe com canela em pó. Este doce também pode ser empregado na cobertura de bolos.

### **Pão Caseiro:**

#### **Ingredientes:**

**Para a massa:** 1/2 litro de mel silvestre, 1/2 kg de açúcar, 1 kg de farinha de trigo, 3 colheres de sopa de fermento de pão, ½ colherinha de sal, ½ colherinha de cravo pisado em pó, ½ colherinha de canela em pó, ½ colherinha de gengibre pisado e 5 gemas.

**Para o caramelo:** 250 gramas de açúcar, 1 colher de sopa de azeite.

#### **Preparação:**

(a) ao fogo brando, misture bem o mel e o açúcar. Retire do fogo e passe para uma tigela, deixando esfriar. Acrescente o trigo com o fermento, o sal, a canela, o gengibre e o cravo. Bata as gemas e misture;

(b) à parte prepare o caramelo, aquecendo numa panelinha o açúcar até escurecer. Junte 1 colher de sopa de água e deixe ferver, caramelizando. Acrescente esse caramelo à massa, aos poucos, dosando a quantidade até obter uma cor dourada;

(c) bata a massa numa tábua enfarinhada, até que fique lisa e homogênea. Faça uma bola e deixe descansar. Unte uma forma com azeite ou manteiga. Asse em forno fraco por longo tempo. Desenforme e esfrie bem antes de servir. **Duração de uma semana.**

### **Rosbife com Toucinho**

**Ingredientes:** 1 ½ kg de contrafilé, sal, pimenta-do-reino e 4 tiras de toucinho.

#### **Preparação:**

(a) tempere a carne com sal e pimenta. Envolve com as tiras de toucinho, amarrando tudo com barbante. Apóie a carne sobre uma grelha e colocá-la sobre uma assadeira para coleta de gordura. Leve ao forno quente, até o toucinho não soltar mais gordura;

(b) despeje um copo de água fervente ou caldo de carne na assadeira, sem molhar a carne. Deixe completar o cozimento. Tire do forno e manter a carne por mais um tempo no calor.

(c) passe a carne para uma tábua. Retire o toucinho e cortá-la em fatias. Recolha o caldo, junte ao líquido de cozimento na assadeira e levar ao fogo forte. Sirva o molho à parte.

### **Rosbife ao Vinho**

**Ingredientes:** 2 kg de colchão mole, ½ xícara de vinho branco, sal, pimenta-do-reino, alho, cheiro verde e azeite.

#### **Preparação:**

(a) espete bem a carne com um garfo. Tempere com sal, pimenta, cheiro verde e o vinho branco. Deixe descansar por umas quatro horas.

(b) Besunte a carne com o azeite. Leve ao fogo quente numa assadeira, com todo

o tempero. Enquanto estiver no fogo assando, regue a carne com o molho da assadeira.

### Carne à Espanhola

**Ingredientes:** 1 kg de colchão mole, limpo e inteiro, 250 g de toucinho em tiras, 150 g de banha ou azeite, 1 xícara de Vinho do Porto (tinto), 1 cebola em rodela, tomates ferverdas e amassadas, sal, pimenta-do-reino, cheiro verde e vinagre.

#### Preparação:

(a) tempere a carne com: sal, pimenta, cheiro verde picado, vinagre e o vinho. Deixe repousar nesse molho por algumas horas.

(b) coloque numa panela a massa de tomate e as tiras do toucinho. Junte a carne e o molho e tampar. Leve ao fogo brando, virando a carne de vez em quando.

(c) cozida, sirva a carne numa travessa, regando com seu molho. Acompanha arroz branco

### Filé Assado ao Forno

**Ingredientes:** 2 kg de filé (lombo) de gado limpo e inteiro, azeite ou banha, 250 g de lingüiça, batatinhas, 100 g de manteiga, 100 g de toucinho em tiras finas, 5 ovos cozidos, 1 copo de Vinho Madeira ou molho inglês, sal, pimenta do reino, azeitonas, cheiro verde e vinagre.

#### Preparação:

(a) tempere o lombo com sal, pimenta, cheiro verde e vinagre. Deixe repousar por alguns minutos.

(b) espete com ponta da faca vários pontos da carne do lombo e enfie quadradinhos de toucinho com um pouco de manteiga. Unte o lombo com azeite. Coloque em assadeira e leve ao forno.

(c) quando estiver assado, colocar a carne no centro de uma travessa. Enfeite com rodela de lingüiça e batatinhas cozidas inteiras, ovos cozidos cortados em rodela, azeitonas. Regue com molho inglês.

### Carne recheada com Farofa

**Ingredientes:** 1 kg de alcatra, sal, pimenta-do-reino, cheiro verde, vinagre, azeite, 3 ovos cozidos e cortados em rodela, farinha de mandioca, 1 colher de sopa de manteiga e azeitonas picadas.

#### Preparação:

(a) tempere a carne com sal, cheiro verde picado e vinagre. Deixe repousar nesse tempero. À parte faça uma farofa com a manteiga, farinha de mandioca, azeitonas picadas e os ovos cozidos.

(b) tire a carne do tempero e a recheie com a farofa. Costure com linha grossa e leve a fritar em azeite quente.

(c) depois de bem dourada, acrescente o tempero em que a carne estava. Vá pingando água aos poucos até que a carne fique bem macia. Sirva com arroz bem solto e batatinhas cozidas e amassadas na manteiga.

### Rocambole de Carne Moída

**Ingredientes:** ½ kg de carne moída, 1 ovo, cebola e queijo de ovelha ralados, sal, pimentão, pimenta-do-reino, salsa picada e miolo de pão umedecido ao leite.

#### Preparação:

(a) misture a carne com todos os temperos, o ovo, o pão e amasse bem. Numa tábua, abra com a mão, até ficar de um tamanho só

(b) cubra com o seguinte recheio: 2 ovos, azeitonas, batatinhas amassadas, pimentão, cebola e queijo ralados. Enrola a massa como um rolo e pincele com manteiga. Em assadeira untada com azeite, leve ao forno para assar. Pronto enfeite com galhos de salsa e sirva.

### Pernil de Porco

**Ingredientes:** 1 pernil de 3kg, 3 cebolas cortadas em quadradinhos, 2 dentes de alho amassados, 1 xícara de vinagre, polpa de tomates, sal, pimenta-do-reino, vinho tinto doce e azeite.

### Preparação:

(a) espete o pernil com faca de ponta. Misture todos os ingredientes aqui referidos e deixe de molho por algumas horas.

(b) asse em forno moderado, em assadeira untada com azeite. Enquanto estiver assando regue com vinho tinto doce;

(c) sirva acompanhada com rodelas de abacaxi ou laranja e farofa.

### Costeletas de Porco

**Ingredientes:** 2 kg de costelas de porco cortadas em tamanho pequeno, azeite, sal, pimenta, limão, salsa e cebola.

### Preparação:

(a) tempere com sal, pimenta, limão, salsa. Deixe repousar nesse tempero por mais de uma hora. Leve ao forno em frigideira com azeite. Ir fritando as costeletas de ambos os lados até dourarem.

(b) com o tempero, faça uma farofa de farinha de mandioca torrada e sirva as costeletas.

### Pernil de Carneiro

**Ingredientes:** 1 pernil médio, 1 maço de salsa, cebolinha picada, 2 tomates grandes, sem pele, 3 cebolas grandes cortadas miúdas, 1 colher azeite, 2 dentes de alho amassados e coentro.

### Preparação:

(a) deixe o pernil ficar semi-assado. Prepare o molho misturando bem a salsa, a cebolinha, o tomate, a cebola, o alho, o coentro e o azeite.

(b) junte o molho ao pernil e ponha para cozinhar, na sua própria gordura. Sirva com arroz e batatinhas fritas ao azeite

### Carne Caprina de Panela

**Ingredientes:** ¼ de carne caprina, toucinho, 1 xícara de vinho branco, sal, cebola, limão, salsa, cebolinha e pimenta-do-reino.

### Preparação:

(a) deixe essa carne de molho por três horas no tempero feito com: vinho branco, sal, pimenta, cebola picada, suco de limão, salsa e cebolinha. Depois coloque essa carne com todo o tempero e o toucinho numa panela.

(b) deixe ferver tudo em fogo brando. Quando estiver cozido, retire a carne e coe o molho. Junte-o de novo a carne e deixe mais um pouco no fogo, até engrossar o caldo;

(c) sirva com batatinhas cozidas e passadas no azeite quente.

### Carneiro ao feijão Grão-de-Bico

**Ingredientes:** ½ kg de trigo em grãos, 2 cebolas cortadas em quadrados grandes, 200 g de feijão grão-de-bico cozido, azeite, sal, pimenta-do-reino, caldo de carne e ½ pernil de carneiro.

### Preparação:

(a) frite as cebolas cortadas no azeite e deixe dourar ligeiramente. Separe-as. Refogue nesse óleo o trigo já lavado.

(b) nesse trigo colocar 1 litro de caldo de carne e o grão-de-bico. Abafar e deixar secar em fogo baixo. Depois de pronto, coloque a cebola frita e o carneiro cortado em pedaços;

(c) tempere o pernil de véspera. Asse em forno brando por 3 a 4 horas, sempre refogando com molho.

### Picadinho de Carneiro na Panela

**Ingredientes:** ½ kg de carne de cordeiro picada, 2 cebolas grandes, pimentão, 2 colheres de sopa de manteiga, ½ kg de tomate sem pele, ½ kg de feijão cozido com poupa de tomate, 1 pitada de sal, pimenta-do-reino, manjeriço e pimenta vermelha.

### Preparação:

(a) corte em partes as cebolas e frite com pimenta. Junte os tomates, o feijão e os temperos.

(b) junte a carne ao molho. Deixe em fogo suave até que a carne fique bem cozida.

### Cordeiro ao Alecrim

**Ingredientes:** 1 ½ kg de costela, 3 colheres de sopa de molho inglês, 1 feixe de alecrim e sal.

#### Preparação:

(a) retire a membrana que cobre a costela. Com faca afiada, faça uns talhos superficiais na parte mais grossa da carne.

(b) misture o molho inglês, o alecrim. Unte bem a carne de ambos os lados, massageando com os dedos. Salgue a gosto.

(c) em assadeira, ponha em forno bem quente com a carne para cima, virando por certo tempo até dourar.

### Frango à Portuguesa

**Ingredientes:** 1 frango de 2kg em pedaços, sal, tomates, pimenta-do-reino, cebola e cheiro-verde picados, vinagre, 2 colheres de sopa de manteiga ou azeite, 1 xícara de arroz, pimentão e lingüiça.

#### Preparação:

(a) tempere o frango com o sal, pimenta, vinagre, a cebola e o cheiro verde picados. Doure numa panela com manteiga ou azeite.

(b) depois de bem corado, junte o arroz, pimentão e lingüiças fritas. Adicione água aos poucos. Deixe ferver até ficar bem cozido.

(c) arrume o frango no centro de um grande prato e, o arroz com todos os outros ingredientes em volta. Sobre eles disponha rodela de tomates.

### Frango ao Vinho do Porto

**Ingredientes:** 1 frango de kg cortado em pedaços, sal, pimenta, cebola ralada, cheiro verde vinagre, 1 colher de sopa de manteiga, 1 copo de vinho do Porto, uns pedaços de toucinho e cebolinhas inteiras.

#### Preparação:

(a) tempere o frango com sal, pimenta, vinagre, cheiro verde e cebola picada.

(b) leve ao forno numa panela com manteiga. Deixe o frango ficar bem dourado. Junte o toucinho, o vinho e as cebolinhas inteiras.

(c) tampe a panela e deixe cozinhar, até que a carne fique macia. Sirva bem quente, acompanhado com arroz de forno.

### Frango à Moda Basca

**Ingredientes:** 1 frango de 1 ½ kg; 12 xícara de azeite de oliva, 1 copo de vinho branco seco, sal, pimenta, pimentões, 4 tomates médios, 6 cebolas médias, 1 maço de cheiro verde.

#### Preparação:

(a) corte o frango pelas juntas em pedaços. Aqueça o azeite numa panela grande e faça dourar o frango, lentamente.

(b) mude os pedaços para outra panela. Regue com vinho, tempere com sal e pimenta. Junte o cheiro verde. Tampe e deixe cozinhar em fogo baixo, até ficar macio

(c) retire as peles dos pimentões e tomates. Corte miúdo os tomates e, em tiras, os pimentões. No azeite que fritou o frango, refogue a cebola. Junte os tomates e os pimentões. Tempere com sal e pimenta e deixe cozinhar. Misture ao frango e sirva em seguida.

### Risoto d. Galinha

**Ingredientes:** 1 galinha, sal, pimenta-do-reino, cheiro verde, limão, tomates sem peles, passados na água quente, 3 chicaras de arroz, queijo de coalho de ovelha ou gado ralado e farinha de rosca (pão ralado).

#### Preparação:

(a) tempere a galinha com sal, pimenta, limão e cheiro verde. Coloque para ferver numa panela com um pouco de água. Deixe amaciar a carne;

(b) deixe esfriar e desfie toda galinha. À parte faça um molho com cebolas cortadas em rodela, tomates picadas e pimenta. Quanto este molho tiver pronto, acrescente a galinha desfiada;

(c) ponha o molho da galinha em cima do arroz, cozido previamente. Arrume numa travessa e polvilhe com queijo e farinha de pão.

### **Peixe ao Molho Branco**

**Ingredientes:** 1 peixe limpo em pedaços, ½ l de leite, 1 colher de sopa de manteiga, queijo de coalho ralado, manteiga, 3 colheres de sobremesa de trigo moído fino.

#### **Preparação:**

(a) tempere o peixe com sal, pimenta, cheiro verde e suco de limão. Ponha numa panela com água e leve ao fogo para cozinhar;

(b) faça um molho com o restante dos ingredientes. Coloque o peixe numa travessa. Cubra com este molho branco. Coloque queijo por cima e sirva quente.

### **Sopa de Peixe**

**Ingredientes:** 1 peixe, batatinha, pimentão, 3 gemas, 1 copo de vinho branco, sal, pimenta do reino, cheiro verde, limão, pão torrado, 4 cebolas e outras verduras

#### **Preparação:**

(a) cozinhe as verduras e cebolas, junte o peixe. Deixe ferver por meia hora, passe tudo na peneira. Acrescente sal, pimentão, cheiro verde. Deixe ferver bem;

(b) coloque numa terrina pão torrado e jogue por cima a sopa. Sirva quente.

### **Peixe ao Forno**

**Ingredientes:** 1 kg de peixe, sal, pimenta, azeite, cheiro verde, limão, fatias de miolo de pão, manteiga, farinha de rosca e 5 ovos.

#### **Preparação:**

(a) limpe o peixe, tempere com sal, pimenta, azeite, cheiro verde e limão. Deixe repousar por 2 horas.

(b) unte uma forma com manteiga. Coloque as fatias de pão. Passe manteiga sobre elas. Ponha o peixe em cima das fatias e, sobre esta farinha de rosca.

(c) leve ao forno brando para assar. Sirva com um molho picante de limão, pimenta vermelha, cheiro verde e cebola ralada. Enfeite com ovos cozidos partidos ao meio.

### **Bacalhoda**

**Ingredientes:** ½ kg de batatinha descascada e cortadas em rodela grossas, pimentão, tomates e cebolas em fatias, pimenta, cheiro verde, azeitonas, manteiga ou azeite.

#### **Preparação:**

(a) deixe o bacalhau de molho na água, de um dia para o outro. Dia seguinte escorra, retire as espinhas deixando em pedaços não muito pequenos. Tempere os pimentões, as batatas, as cebolas com sal, pimenta e cheiro verde picado.

(b) unte uma forma com azeite e arrume: uma camada de bacalhau, outra de batatas. Finalmente, a última enfeite com azeitonas e jogue azeite por cima;

(c) leve ao forno moderado e sirva quente.

### **Almôndegas de Bacalhau**

**Ingredientes:** ½ kg de bacalhau, 1 colher de sopa de manteiga, sal, pimenta, cheiro verde, cebola ralada, farinha de rosca, 2 ovos, cebolas e tomates picados em rodela.

#### **Preparação:**

(a) deixe de molho o bacalhau. Escorra e limpe bem as espinhas. Passe por uma máquina de moer. Refogue a massa obtida com cheiro verde, pimenta, cebola ralada, manteiga e um pouco de farinha de rosca.

(b) retire do fogo e misture os ovos. Faça almôndegas, passe em trigo moído e frite as almôndegas na banha, ou azeite.

(c) à parte, faça um molho com as cebolas e tomates sem pele, cortadas em rodela. Ponha azeite e um pouco de leite para fazer um molho grosso. Despeje as almôndegas nesse molho. Deixe ferver mais um pouco e está pronto.

### **Croquetes de Bacalhau**

**Ingredientes:** ½ kg de bacalhau, ½ kg de batatinhas cozidas, pimenta, alho amassado,

cheiro verde picado, 3 ovos, 1 colher de sopa de manteiga, outra de farinha de trigo e um copo de leite.

#### **Preparação:**

(a) limpe, cozinhe o bacalhau e passe na máquina de moer. Junte às batatas amassadas: o alho, o cheiro verde e o bacalhau. Por último junte os ovos batidos.

(b) leve ao fogo brando, com a manteiga e a farinha. Deixe cozinhar bem, mexendo sempre para não embolar. Adicione aos poucos o leite, até ficar um pouco pastoso.

(c) retire do fogo e deixe a massa esfriar. Enrole os croquetes. Passe nos ovos batidos e farinha de rosca. Frite no azeite.

#### **Arroz Português**

**Ingredientes:** 3 colheres de sopa de azeite, 2 colheres de sopa de cebola ralada, 2 xícaras de arroz, 250 g de bacalhau deixado de molho de véspera e desfiado, 12 azeitonas, caldo de carne, 1 folha de louro e 2 ovos cozidos.

#### **Preparação:**

(a) aqueça o azeite e frite a cebola. Junte o arroz e refogue. Acrescente o bacalhau, as azeitonas, o louro e o caldo de carne.

(b) cozinhe tampado em fogo baixo. Misture com cuidado os ovos e sirva.

Em síntese, este seria um elenco de receitas tradicionalmente ensinadas em família. Estas evidenciariam a influência da gastronomia lusitana em certos componentes, produtos, usos e costumes culinários, existentes em São João do Cariri no final do Império.

Como já referido, esta influência seria resultante de uma política colonial, destinada à obtenção de uma balança comercial rentável à Metrópole, que necessariamente implicava na demanda de produtos e hábitos de consumo portugueses.

Deste modo, a política econômica da colonização teria nos atrelado a padrões gastronômicos lusitanos, que se acredita serem as raízes históricas da Cozinha do antigo Cariri paraibano, como a conheceriam os antepassados.

## **Conclusão**

Em síntese, a família formada por Luisa de Medeiros Ramos e Clementino Ramos Correia Lima da fazenda Água Doce descende de Dr. Domingos da Costa Ramos da Fazenda Ponta de Serra da Vila Real de São João do Cariri. Por sua vez, este pertencia à família dos patriarcas Costa Ramos, da Fazenda Sant'Ana da antiga Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri –PB.

Estes patriarcas se originaram do casal Coronel Hilário e Antonia Caitana da Costa Ramos. Seus ancestrais eram portugueses. Estes ancestrais compreendiam o Coronel José da Costa Romeu e o Capitão Antonio de Barros Leira, emigrados para o antigo Povoado da Travessia dos Quatro Caminhos no início do século XVIII. Estes antepassados eram respectivamente pais de Hilário da Costa Romeu e Antonia Caitana de Sant'Ana.

Deste modo, a estirpe Costa Ramos teria surgido na então Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri Paraibano, em final do século XVIII. O nome desta família originalmente "Costa Romeu" teria sido substituído por "Costa Ramos," desconhecendo-se as razões desta troca.

Como fora abordado no presente trabalho, o casal Coronel Hilário e Antonia Caitana da Costa Ramos dera origem a nove filhos. Em seu tempo, estes foram chefes de família e grandes proprietários de terras, gado e escravos. Conforme os critérios e costumes da época, estes foram considerados "homens bons." Isto denotava a capacidade de votar e ser votado podendo influir nas eleições locais, onde alguns foram políticos destacados ao fim do Império.

Quanto à possível recorrência do fenômeno coronelístico na genealogia dos Costa Ramos, parece ser familiar a categoria do grande proprietário de terra com alta patente militar. Como se pode ver, semelhantemente, alguns detinham a posse da agroprodução monocultora escravista ou da agropecuária alimentar, ao lado de parentes bacharéis e políticos. Às vezes, os chefes de família eram ao mesmo tempo fazendeiros, políticos e ocupantes de altos cargos das Guardas Militares das Vilas locais, da região do Cariri paraibano.

Com efeito, a nível dessas comunidades, talvez não tenha sido desconhecido o fenômeno político-social do Coronelismo, ante a presença de grandes proprietários com altas patentes de mando pessoal. Desse modo, o próprio Hilário era Coronel da

Guarda Nacional e proprietário da antiga Fazenda Sant'Ana, ao Norte da sede da Comunidade dos Milagres.

Por seu lado, seu filho Antonio da Costa Salgado (Ramos) era dono da Fazenda José da Silva ao Sul desta Comunidade. Este também detinha o posto de Major, além de ser Juiz Municipal Suplente. Também, era o caso de seu genro Capitão José de Abreu Tranca, casado com sua filha Isabel Caitana Bezerra de Melo. Esta ao enviuar, casou com o Coronel da Guarda Nacional Antonio José Gurjão, Delegado Superior e Juiz de Paz de São João do Cariri. O mesmo pode ser dito de outro filho deste Coronel Hilário da Costa Ramos, qual seja o Capitão José Joaquim da Costa Ramos, casado com a prima Firmiana Maria de Jesus Ramos. Esta era filha do respeitável Capitão e notável político José Felix de Barros Leira, da fazenda Caruatá de Fora de Cabaceiras, já abordados.

Outra era a figura do político e/ou bacharel, como o Padre José Ambrósio e Dr. Elias Eliseu Elíaco da Costa Ramos, que foram grandes políticos dos Partidos Conservador e Liberal do Império e, finalmente, do Partido Republicano no começo da República. Padre Ambrósio fora Deputado Provincial por três legislaturas seguidas. Também seu irmão, Dr. Elias Elíaco Eliseu da Costa Ramos, que fora Deputado Provinciano por cinco Legislaturas consecutivas, além de Vice-Presidente sem exercício da Província da Paraíba.

Com efeito, os cargos e funções desses proprietários e políticos parecem denotar um contexto marcadamente coronelístico, na ordem pública local. Entretanto, como ocorrera com outros chefes locais, o exercício desta velha prática política teria declinado historicamente na família. Deste modo, os Bacharéis posteriores desta Ramificação familiar não tiveram esse mesmo papel político de seus ancestrais do final do Império.

Como fora referido, nesta época houve uma grave crise sócio-econômica, com grandes conflitos ou movimentos sociais no contexto do Nordeste. Ocorrera uma queda na produção de exportação das fazendas (algodão, fumo, coros e carnes), associada a uma perda de mercados externos desses produtos.

Também, periódicas secas levaram à carência e ao aumento dos preços dos alimentos. Ao mesmo tempo, foram majorados os impostos, repassando-se ao consumidor final o ônus da crise. Em consequência houve crescimento da pobreza e do banditismo.

À semelhança de outros Estados desta Região, esses conflitos sociais se expandiam pelo interior. Na Paraíba, a Revolta do "Quebra Quilos" (1874/75) com início na Vila de Fagundes alcançara a Vila Real São João do Cariri, com incêndios e

perda de Documentos. Sua voracidade em eliminar os pesos e as hipotecas locais teria acarretado a destruição para sempre dos Arquivos históricos, conforme a Tradição oral da Família Correia Lima.

No início da República na Fazenda Água Doce de Clementino Ramos Correia Lima, essa tradição menciona um inesperado enfrentamento do grupo do bandoleiro Antonio Silvino. Este teria sido rechaçado por parte deste fazendeiro, com o auxílio de um morador.

Este bandoleiro desistira do confronto, alegando que a resistência de Clementino se devia à presença de grande número de "capangas," dissimulado no interior da casa. Na verdade, lá dentro havia apenas algumas mulheres e crianças a rezar.

Estes fatos demonstram a extensão dos fenômenos de banditismo social e seu alcance ao Município de São João do Cariri da época. Entretanto com a institucionalização da República, a presença desses movimentos sociais teria declinado, em função de práticas públicas de combate ao banditismo a nível regional.

Ao tempo do Império, como em outras famílias, a estirpe Costa Ramos costumava se confraternizar nas Festas das Devoções Religiosas da Paróquia de nossa Senhora dos Milagres da Vila Real de São João do Cariri.

Aquelas eram oportunidades de consolidação e reforço dos laços da "pertença familiar." Também nelas, seria de domínio público o antigo gênero musical trovadoresco, tocado nos concorridos saraus das famílias tradicionais. Este gênero também seria dançado ao estilo lusitano, em pátios das velhas fazendas coloniais locais.

Como os Costa Ramos, a família Ramos Correia Lima também freqüentara a Paróquia e vida social daquele antigo Centro religioso do interior paraibano. Como já aludido, nas tradicionais Festas de São João do Cariri, Dr. Genuíno Correia Lima costumava cantar aquele gênero trovadoresco ao som do seu violão, como o fazia em sua Fazenda do Cauassú.

Após sua morte, aquele costume seria seguido por seu filho, nosso avô, Clementino da Costa Ramos, em sua Fazenda Água Doce. Assim, teria sido preservado o conhecimento das "cantigas" da época entre os seus descendentes.

Nesta pesquisa buscou-se apresentar o que ainda se pudera registrar da tradição acerca dessas "cantigas", acreditando-se que seja de algum interesse, no sentido em que se possa balizar a provável raiz do Canto do antigo Cariri paraibano.

Também, tentou-se elencar certas Receitas de Culinária provenientes da tradição do ensino doméstico familiar, visando-se demarcar a influência histórica da gastronomia portuguesa na origem da Cozinha desta região paraibana.

Deste modo, espera-se contribuir para um resgate da memória familiar e histórico-cultural do Cariri Paraibano do final do Império.

Também, se espera que o apelo inicial no sentido em que a Cidade de São João do Cariri venha a ter o título de “Cidade Geminada” com Lisboa leve à recorrência deste importante meio de incentivo ao turismo local.

Isto poderia ocorrer por demanda dos dirigentes de políticas públicas da região, que se interessem pela sorte desta Cidade Colonial da época de D. João V (1707/50), conforme já se abordou em “O Cariri Paraibano e os Reinados Portugueses,” publicado pela Casa de Cultura Padre João Marques de Serra Branca – PB (2009).

Em resumo, estas seriam as considerações a serem feitas a respeito do tema do presente trabalho e do desejo de melhoria em favor da Cidade dos nossos Ancestrais.

João Pessoa, Verão de 2010.  
As Autoras  
([santaborba@bol.com.br](mailto:santaborba@bol.com.br)).

## Bibliografia

- Almeida, L. M. A. de & Rigolin, T. Barbosa. 2003. Geografia-Abril Imagens : Ricardo Chaves, pág.374. Editora Ática. São Paulo.
- Arruda, J. Jobson. 1999: Antiguidade e Idade Média. Editora Ática. São Paulo. Vol. 3.
- Bastos. S de Azevedo. 1954/55. O Roteiro dos Azevedo Bastos. Gráfica União. João Pessoa.
- Borba, G. Ramos. Ramificações dos Dias Borba na Paraíba. Série Cadernos Genealógicos (no Prelo).
- Bueno, Silveira. 1982. Vocabulário Tupi-Guarani-Português. Editora Braslivros e Distribuidora Ltda. São Paulo.
- Faraco, Emílio & Moura, F. Marto. 2002. Portugues. Editora Ática. São Paulo.
- Figueira, Divalte Garcia. 2003. História. Editora Ática. São Paulo
- Fernandes, Francisco. 1975. Dicionário Brasileiro Contemporâneo. Editora Globo. Porto Alegre.
- Infante, Ulisses. 2002, Curso de Literatura da Língua Portuguesa. Editora Scipione. São Paulo.
- Janotti, M. de Lourdes Mônaco. 1989. O Coronelismo – Uma política de Compromissos. Editora Brasiliense. São Paulo.
- Leal, José Ramos. 1968. Apontamentos Genealógicos – A família Costa Ramos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP. Vol. 16. João Pessoa.
- 1972. Vale de Travessia. Associação Paraibana de Imprensa – API. João Pessoa.
- Lima, C. B. Correia e Brito, Antonia Borba de. 2009. Ramificações dos Costa Romeu do Sítio Caboclos. Editora Sal da Terra. João Pessoa.
- Lopez, L. Roberto. 1984. História do Brasil Colonial, Editora Mercado Aberto. Porto Alegre.

Lopez, L. Roberto. 1984. Historia do Brasil Imperial. Editora Mercado Aberto, Porto Alegre.

Machado, M. Lopes. 1977. História da Província da Paraíba. Editora Universitária / UFPB. João Pessoa.

Medeiros, T. D. & Medeiros, M. Dinoá. 1989. Ramificações Genealógicas do Cariri Paraibano. Centro gráfico de Brasília – CEGRAF. Brasília.

Monteiro, H. de Matos. 1981. Nordeste Insurgente (1850-1890). Editora Brasiliense. São Paulo

Rodrigues, J. Lins. Coord. Mapa Político Turístico e Rodoviário da Paraíba. Editora Difusão Cultural do Livro. São Paulo.

Sousa, Estelita Antonino de. 2008. Fatos Históricos de Serra Branca. Serra Branca - PB.

Santos, R de Oliveira & Moura, A. Cesar. Mapa do Estado da Paraíba. Editora Difusão do Livro. São Paulo.

Telmo, Antonio. 1977. História Secreta de Portugal. Veja Gabinete de Edições. Lisboa.

**Periódicos: Jornal Correio da Paraíba – 29 / 07 / 08 e 08 / 02 / 09.**

**Sites consultados:** ([www.tuel.pt/portugal-mapa.jpg](http://www.tuel.pt/portugal-mapa.jpg)); ([www.portugalvirtual.pt](http://www.portugalvirtual.pt)); ([www.wikipedia.com.br](http://www.wikipedia.com.br)) e ([www.terrabrasileira.net](http://www.terrabrasileira.net)).